



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

DIVULGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

CIDÁLIA MARIA DA SILVA SANTOS

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Versão final (Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri)

Porto, 2017



**INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO**

DIVULGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

CIDÁLIA MARIA DA SILVA SANTOS

Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do
grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação do Professor Doutor Eurico Basto

Porto, 2017

RESUMO

A atividade das empresas cria impactos positivos e negativos no mundo ao nível económico, social e ambiental. Desta forma, torna-se fundamental promover a adoção e valorização de práticas de responsabilidade social nas empresas.

A presente investigação tem como objetivo sensibilizar os leitores para o tema da responsabilidade social, relatar exemplos de boas práticas socialmente responsáveis e averiguar se a adoção das mesmas por empresas portuguesas contribui para o desempenho económico-financeiro melhor, assumindo que uma conduta ética e socialmente responsável é imprescindível para um desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, o estudo incidirá em identificar as dimensões, o contributo da prática de atos socialmente responsáveis, de duas empresas portuguesas pertencentes ao Índice PSI 20, no período de 2010 a 2015, com recurso a análise de indicadores de rendibilidade do desempenho.

Dado a responsabilidade social ser fundamental para todas as empresas pretende-se, tendo em conta aspetos ambientais e sociais, identificar fatores que contribuem para a competitividade e progresso do desempenho social e ambiental e económico e financeiro.

Os resultados desta investigação indicam uma tendência positiva para adoção e divulgação de práticas da RSE, embora os resultados do estudo da relação entre a RSE e o desempenho económico-financeiro não tenham sido evidentes e significativos.

Apesar de as empresas adotarem as normas socialmente responsáveis, o percurso percorrido parece indicar que a RSE é um passo de consciência de uma civilização cada vez mais esclarecida, ao qual se seguirão outros que exigirão maiores responsabilidades.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social das Empresas, Relato, Sustentabilidade.

ABSTRACT

The corporations activity make positive and negative impacts on the world at economic, social and environment levels. In this way, becomes fundamental to promote the adoption e valorisation of Company's Social Responsibility practices.

This investigation has the purpose to inform the readers for the social responsibility subject, give examples of social responsibility good practices and investigate if the adoptions of these examples have a positive effect financial and economic's performance, assuming the fact of the an ethical and socially responsible conduct will be a leverage for a sustainable development.

In time, the study will focus on identify the dimensions, the contribute of the socially responsible acts of two Portuguese companies of the PSI 20, in the period between 2011 and 2015, with the backup of an analyses of the rentability performance indicators.

Given the fact that the socially responsibility be fundamental for all the corporations, it is intended, having in mind the environmental and social aspects, identify the factors that contribute to a competitiveness and progress of the social and environmental and economic and financial progress.

The results of this investigation show a positive trend for the adoption and divulgation of RSE practice, besides the fact of studies results of correlation between the RSE and the financial and economics performance has not been obvious and significative.

Although the corporations adopt the social responsible standards, the course seems to indicate that de RSE is a conscient step of the society increasingly informed, followed by others who will demand greater responsibilities.

Keywords: Corporate social responsibility, reporting, sustainability.

***“ Ninguém em sã consciência
cria uma empresa só por criar
uma empresa.***

***A empresa, geralmente, é um
instrumento na consecução de
um objetivo maior. ”***

Peter Drucker

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação foi assumida com sentido de responsabilidade e não teria sido possível a sua realização sem o apoio dos que de mais próximo me acompanharam, para as quais quero deixar o meu reconhecimento e gratidão.

Assim, ao meu Orientador, Professor Doutor Eurico Basto, pelo apoio, sugestões, bem como à sua disponibilidade que sempre manifestou ao longo da realização de todo este trabalho.

Em especial ao meu Marido, pelo apoio incondicional, motivação permanente, partilha e atenção em todos os momentos.

LISTA DE SIGLAS

APEE – Associação portuguesa de ética empresarial

BCSD – Business council for sustainable development

COM - Comissão Europeia

DSE - Desempenho Social Empresarial

ETHOS – Institute of business and social responsibility

GRACE - Grupo de reflexão e apoio à cidadania empresarial

GRI - Global Reporting Initiative

GRH - Gestão de recursos humanos

IAS – International Accounting Standard

IFRS – International Financial Reporting Standard

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PME - Pequenas e médias empresas

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

RSE PORTUGAL – Associação Portuguesa para responsabilidade social empresarial

SAI - Social Accountability International

UE - União Europeia

WBCSD - World business council for sustainable development

ÍNDICE GERAL

RESUMO	ii
ABSTRACT.....	iii
AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE SIGLAS.....	vi
INTRODUÇÃO	1
1.1. Evolução histórica.....	5
1.2. Conceito de responsabilidade social e empresarial.....	7
1.3. Perspetivas sobre a responsabilidade social	10
1.3.1. Perspetivas instrumentais	10
1.3.2. Perspetivas políticas	11
1.3.3. Perspetivas integrativas	11
1.3.4. Perspetivas éticas.....	12
1.4. Dimensões da responsabilidade social empresarial	14
1.4.1. Dimensão interna.....	14
1.4.2. Dimensão externa	15
1.5. Instrumentos de responsabilidade social	18
1.5.1. Normas de responsabilidade social	18
1.5.1.1. Norma SA8000.....	18
1.5.1.2. Norma AA1000	19
1.6. A responsabilidade social nas empresas.....	21
1.6.1. A RSE a nível da União Europeia	21
1.6.2. A RSE em Portugal	22
Parte II – Estudo empírico	24
2.1. Objetivos do estudo.....	25
2.2. Metodologia da investigação	26
2.2.1. Definição da amostra.....	26

2.2.2.	Variáveis da Investigação.....	27
2.2.3.	Recolha de dados.....	27
2.2.4.	Tratamento dos dados.....	28
Parte III – Discussão de resultados.....		29
3.1.	Análise descritiva.....	30
3.2.	Testes de hipóteses.....	35
3.2.1.	H1: A Responsabilidade Social Empresarial influencia o desempenho económico-financeiro. 35	
3.2.2.	H2: Correlação entre o índice de RSE e o desempenho económico-financeiro.	37
Parte IV – Conclusões.....		38
4.1.	Principais conclusões, limitações e orientações futuras de investigação.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		42
ANEXOS.....		46

ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1 – O Tripé da Sustentabilidade.....	3
Figura 2 – Categorias de RSE	12
Figura 3 – Níveis da RSE de acordo com dimensão externa e interna	16
Tabela 1 – Evolução do conceito de RSE	9
Tabela 2 – Teorias e abordagens da RSE	13
Tabela 3 – Dimensão interna da RSE.....	14
Tabela 4 – Dimensão externa da RSE	15
Tabela 5 – Vantagens e inconvenientes da RSE	17
Tabela 6 – Correspondência entre análise quantitativa e qualitativa	28
Tabela 7 – Mensuração ao nível das dimensões de RSE	35
Tabela 8 – Mensuração do desempenho económico-financeiro em %	36
Tabela 9 – Correlação índice RSE e o desempenho económico-financeiro.....	37
Gráfico 1 – Média Índice de Responsabilidade no período 2011 a 2015.....	30
Gráfico 2 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2011.	31
Gráfico 3 – Índice de Responsabilidade em 2012.....	32
Gráfico 4 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2013.	32
Gráfico 5 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2014.	33
Gráfico 6 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2015.	33
Gráfico 7 – Índice de Responsabilidade de 2011 a 2015 Galp SA e Mota Engil SA.	34

INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ao longo das últimas décadas tem assumido uma relevância crescente, tornando-se um tema dotado de complexidade e em constante evolução.

A comissão Europeia tem desenvolvido diversas iniciativas no sentido de promover a RSE, mas mais do que isso, no sentido de procurar colocar a Europa na senda da excelência relativamente à RSE. Por um lado, a globalização acentuou a interdependência em vários domínios, como sejam o político, económico, financeiro, aumentando a consciencialização relativamente ao papel e à responsabilidade que as empresas devem assumir no meio em que se inserem. Pressupõe-se que quanto maior o poder e influência de uma empresa, maior será o impacto da sua atuação, em vários âmbitos, e maiores serão as suas responsabilidades.

As pressões, incidentes e escândalos referentes a incidentes ambientais, corrupção, condutas sem éticas e condições de trabalho pouco dignas, são alguns dos exemplos que acentuam a necessidade de uma atuação mais responsável por parte das empresas, que considere não só âmbito económico-financeiro, mas também o âmbito ambiental e social.

No entanto, persiste ainda uma linha de pensamento, bastante arraigada na nossa cultura, segundo a qual, para uma empresa ser bem sucedida nos negócios é necessário abandonar moralismos e escrúpulos, prevalecendo a lei do mais forte e do interesse próprio. Apesar do percurso mais recente apontar para um novo rumo que se delinea à nossa frente, será ainda necessário um esforço contínuo de consciencialização para que uma cultura de ética e de responsabilidade social se possa enraizar. Talvez o contexto de crise em que estamos mergulhados seja importante para que possamos refletir sobre as escolhas que devemos tomar no presente para podermos construir um futuro com sustentabilidade.

Assim, a responsabilidade social pode ser definida como o compromisso de uma empresa perante a sociedade obrigando as empresas a assumir obrigações de carácter moral, cujo objetivo é a cooperação para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

As empresas que aplicam medidas socialmente responsáveis estão empenhadas em apoiar a implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável como parte ativa da solução, ajudando a promover o desenvolvimento mais justo e equitativo em todas as suas vertentes: crescimento económico-financeiro, proteção ambiental e bem-estar social.

Deste modo, o trabalho será constituído por duas partes distintas: a primeira parte focará o enquadramento teórico, designado por revisão da literatura e segunda parte dedicada

ao desenvolvimento do estudo empírico com base no estudo de duas empresas pertencentes ao Índice PSI 20.

Na primeira parte será focada toda a envolvente, caracterização e enquadramento do tema, com especial ênfase a temas que estão diretamente relacionados com a responsabilidade social das empresas.

Após um levantamento do estado da arte, será elaborada a revisão da literatura alusiva ao tema responsabilidade social, explanando as diversas perspetivas de autores-chave nesta área, abordados conceitos, dimensões e objetivos que as empresas devem perseguir por forma a garantir quer o presente quer o futuro.

A forma de relato social que as empresas utilizam para informar e divulgar ações e resultados sobre responsabilidade social tendo por base os modelos de indicadores de práticas de responsabilidade social elaborados por três instituições reconhecidas: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (IBASE), o Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social (Instituto Ethos) e a Global Reporting Initiative (GRI¹).

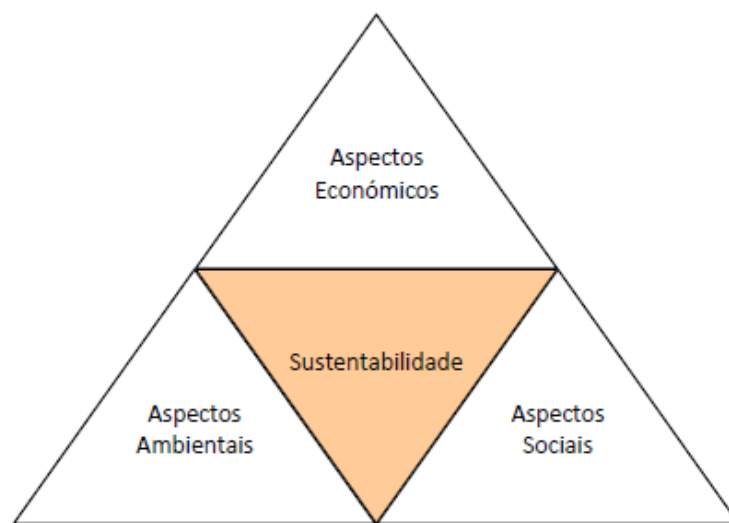
Na segunda parte será elaborado um estudo empírico sobre a Mota Engil, SGPS SA e Galp Energia, SGPS SA, onde serão patentesados os objetivos da investigação, de forma a compreender a dinâmica da implementação de medidas socialmente responsáveis por parte das empresas alvo do estudo.

Paralelamente far-se-á referência à metodologia utilizada, ao perfil da amostra e sua descrição sociodemográfica. Por último, serão divulgados os resultados obtidos no estudo de caso, elaborada a análise e discussão dos resultados, assim como expostas as respetivas ilações.

¹ A GRI foi lançada em 1997, iniciativa conjunta da Coalition for Environmentally Responsible Economies e do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, com o objectivo de promover a qualidade, rigor e utilidade dos relatórios de sustentabilidade (GRI, consulta a 22 maio 2017).

Concluindo, as empresas ao procurarem a RSE no médio e longo prazo, acabam por considerar a sua atuação não apenas no âmbito económico, mas também no âmbito social e ambiental, procurando assim credibilizar a sua atuação e garantir a sua continuidade conforme demonstra a figura 1.

Figura 1 – O Tripé da Sustentabilidade



Fonte: Manual de Responsabilidade Social (2011 pág. 5).

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Evolução histórica

Apesar da temática da RSE não ser recente, foi na viragem para o século XX que se tornou alvo de grande atenção académica, social, mediática e empresarial em todo o mundo. Tornou-se num foco de atenção por parte de numerosas empresas e foi rodeada de controvérsias no mundo académico, em que diversas abordagens e teorias de modelos de Responsabilidade Social Empresarial foram e continuam a ser debatidos até aos dias de hoje.

Num mundo em constante mudança, atravessado pelas dinâmicas da globalização económica e financeira, a RSE assume um papel determinante enquanto repositório de boas práticas, em que se permeia o sentido ético para que se obtenha um modelo económico sustentável que sirva de referência para o desenvolvimento global do século XXI. Na atualidade, tanto as empresas como a sociedade já não podem pensar de um modo global concentrando depois as suas ações localmente. Para conseguirem mudanças significativas é necessário que pensem de um modo global e que as ações praticadas sejam consideradas nas suas implicações também elas globais, traduzindo essas práticas em modelos de desenvolvimento viáveis à escala de cada empresa, comunidade e território.

O nascimento da RSE provém do reconhecimento das necessidades que se afirmam num mundo global, da reprovação de comportamentos eticamente considerados como “condenáveis” e do crescente peso que as empresas acarretam nas economias mundiais, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, movido por um complexo aparato científico e tecnológico. As empresas passaram a considerar os problemas da sociedade como parte integrante dos seus modelos de gestão, apostando também no desenvolvimento sustentável.

No âmbito dos modelos internacionais, a RSE insere-se num contexto mais vasto, o do desenvolvimento sustentável, impulsionado a partir de diferentes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Internacional de Trabalho (OIT) e a União Europeia (UE).

Neste contexto, está-se a caminhar para um novo modelo de empresa, no qual vai adquirindo uma importância cada vez maior a ideia de que a empresa, para além de produzir bens e serviços, criar riqueza e gerar emprego, deve também comprometer-se com os meios social e ambiental com que interage.

Assim, em 2003 é fundada a rede inter-americana de responsabilidade social, cujo objetivo é a produção de conhecimentos para acelerar a adoção de uma cultura de responsabilidade social. Em 2006 é instituída a Rede Ibero-americana de Meios e Profissionais de RSE,

funcionando em suporte digital. Em 2009 é ratificado o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009, cujo âmbito assenta no desenvolvimento de uma estratégia para reforçar a coesão social. No mesmo ano falha a tentativa de substituir o Protocolo de Quioto, colocando em causa a noção de desenvolvimento sustentável.

A nível nacional, as intervenções sociais de que há história surgem no século XV com a fundação de Misericórdias, muito ligadas à Igreja Católica. Era nas Igrejas, Conventos e Misericórdias que se apoiavam os carenciados e se minimizavam problemas sociais de pobreza, fome, doença e abandono de crianças. Com o passar dos anos a industrialização ganhou em Portugal um cariz de destruição ambiental. A utilização de rios, florestas e dos mares como os principais locais de despojo de lixo conduziram os portugueses para uma atuação irresponsável, lamentável e inconsequente ao nível da educação e do respeito pelo ambiente em que o homem se insere. Esta situação forçou a implementação e cumprimento de legislação rigorosa ao mesmo tempo que se criavam manuais e cartas de recomendações sobre boas práticas, mais no âmbito ambiental do que social. Nos dias de hoje, as práticas responsáveis pelas empresas nacionais são muito poucas e ainda, os particulares continuam muito dispersos e desorientados em recursos para a prática e o incentivo da responsabilidade Social.

Enquanto Portugal timidamente desperta para a prática e investigação da responsabilidade social empresarial, não só pelo fraco número de instituições como de empresas e de ações práticas no âmbito da responsabilidade social, a nível internacional, os avanços são mais visíveis. Talvez por tradição, ou por força da academia, a responsabilidade social passou a dispor de normalização e de um estudo científico mais profícuo na sua prática e conceito.

Apesar de os stakeholders serem de extrema importância, as empresas cada vez mais focam-se nos seus consumidores e, estes também procuram cada vez mais informação sobre as empresas, as marcas e as ações de responsabilidade social empreendidas.

De notar que os consumidores preferem produtos amigos do ambiente e do planeta, daí que a atuação socialmente responsável e a performance das empresas estejam aliadas a deste objetivo de gestão: a dar ao mercado o que o mercado quer. Para o efeito, é importante perceber não só quais os produtos socialmente responsáveis como as práticas de responsabilidade social relacionadas.

A literatura recente sugere que o investimento e as reformas sociais derivam da forma de atuação e governação de uma empresa. Ser socialmente responsável implica o

cumprimento das obrigações legais mas também impõe mais investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com os stakeholders.

De forma conclusiva o termo responsabilidade social apareceu na literatura académica nos anos 20 e tem raízes nas concepções de gestão empresarial existentes nos EUA no período de 1950 a 1960. Na altura a responsabilidade social era considerada uma obrigação moral e de comprometimento pessoal do empresário. No período de 1960 a 1970 as empresas procuraram destacar-se no mercado com a utilização de preços baixos e melhores qualidades, sendo a prática social um fator distintivo. Com a recessão económica no final dos anos setenta, a reflexão sobre responsabilidade social praticamente desapareceu, para reaparecer novamente, no final dos anos oitenta, com as questões ecológicas e intelectuais no centro das atenções intangíveis até aos dias de hoje. Foi a emergência deste tipo de questões que contribuiu de forma decisiva para o recente desenvolvimento de ideias relativas à responsabilidade social das empresas. No final dos anos 80, durante toda a década de 90 e na primeira dezena do ano 2000 o conceito e os movimentos de responsabilidade social ganharam robustez, proliferação e acrescentos variados.

1.2. Conceito de responsabilidade social e empresarial

O conceito de responsabilidade social é um tema que tem vindo a ser estudado desde a segunda metade do século XX.

Atualmente a Responsabilidade Social da Empresa é um tema corrente no tecido empresarial, a utilização de recursos energéticos de forma sustentável e a aposta no investimento em capital humano começa a ser uma realidade. As empresas tendem a criar uma imagem positiva perante os consumidores e a sociedade com o intuito de conseguir uma vantagem competitiva no mercado em que se inserem.

Carroll foi um dos autores que mais contribuiu para a evolução do conceito de responsabilidade social empresarial. O autor refere a existência de preocupações sociais por parte das empresas muito anteriores à conceitualização escrita da RSE e situa o início da era moderna da RSE nos anos cinquenta (1953), nos Estados Unidos, com a publicação do livro *Social Responsibilities of the Businessman* de Howard R. Bowen.

A Bowen, segundo Carroll, deve-se a primeira tentativa de definir o conceito de responsabilidade social com base num conjunto de obrigações adquiridas pelos dirigentes que administravam as suas empresas (Carroll, 1999 pág. 269-270).

Na década de 70, segundo Davis a RSE é “*consideração e resposta das empresas a questões que ultrapassam os seus aspetos económicos, técnicos e legais*”. Começou-se a dar ênfase ao desempenho social das empresas potenciando o interesse e o fomento da essência económica de responsabilidade (Davis, 1973 pág. 302-322) .

Teoria abraçada por Carrol quando este vinca a existência de quatro grandes responsabilidades subjacentes ao desempenho social das empresas: económicas, legais, éticas e filantrópicas (Faria, 2015 pág. 38).

Nos inícios dos anos 80, Drucker segue a linha de pensamento focada na rentabilidade do negócio como complemento da responsabilidade social, possíveis oportunidades de negócio. Uma empresa bem sucedida nos nossos dias será a aquela que procurará aprimorar-se na acumulação de conhecimentos tecnológicos, de conhecimentos organizacionais e só por consequência, obterá a acumulação de capitais. É introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável e a teoria dos stakeholders (Drucker, 1984 pág. 53-63).

Nos anos 90, com a Cimeira do Rio, em 1992, consolidaram-se inúmeras mudanças sociais, económicas e tecnológicas. O documento intitulado de “Agenda 21” solidificou os três pilares do desenvolvimento sustentável: social, económico e ambiental.

A incoerência na definição do conceito de RSE, levou ao aparecimento de normalização a cumprir, e organizações que apoiavam e mediam os padrões das empresas socialmente responsáveis. A partir do ano 2000 a responsabilidade social das empresas toma o rumo de algo mais forte e passa a ser encarada com mais ênfase que a legislação criada ou que a gestão por objetivos. As preocupações sociais e ambientais passam a ser uma constante voluntária pelas empresas, apoiadas por organizações como a Comissão Europeia (COM), que promovem a incorporação de preocupações sociais e ambientais nos negócios e relações com os acionistas.

Com a Carta dos Direitos fundamentais², a União Europeia, admite que as empresas devem identificar-se e serem identificadas pelas suas práticas de responsabilidade social.

Em Julho de 2001, o “Livro Verde – *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*” é apresentado pela Comissão da Comunidades Europeias, onde é proposta uma possível definição de RSE. Neste livro, o conceito de responsabilidade social é definido como a integração voluntária de preocupações sociais e

² A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia é um documento que contém disposições sobre os direitos humanos, "proclamada solenemente" pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho da União Europeia e pela Comissão Europeia em 7 de dezembro de 2000.

ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.

Do relatório anteriormente, apresenta-se o quadro seguinte que o sintetiza.

Tabela 1 – Evolução do conceito de RSE

Período	Facto	Contribuição para conceito de RSE	Contributo para a criação de valor
Década de 50	Literatura sobre RSE	Debate académico e empresarial sobre a RSE	<p>1ª Fase</p> <p>As empresas reagiram às pressões exercidas pela sociedade, seja sob a forma de organizações governamentais e não-governamentais.</p> <p>As entidades que exerciam pressão procuravam defender o meio ambiente, lutar contra a pobreza, a discriminação racial, combater as catástrofes, como guerras e outras.</p>
Década de 60	Guerra do Vietname	Levou ao aparecimento nos EUA de movimentos populares que se manifestavam relativamente a questões éticas e também da RSE, ainda que com um carácter incipiente (Pées 2006)	
	Igualdade de direitos, valores e atitudes.	A nível mundial realizaram-se lutas para ganhar a igualdade de direitos entre homens e mulheres e inclusivamente entre raças. Assiste-se à contestação e luta por novos valores e atitudes, que vieram originar novas práticas no relacionamento de empresas com a sociedade e como meio ambiente.	
Década de 70	Relato da RSE	Elaboração e publicação dos primeiros relatórios sobre atividades de índole social. O balanço social é um dos primeiros modelos a ser implementado e utilizado pelas empresas.	
Década de 80	Conceito de RSE	Começam a emergir conceitos de RSE que nas décadas seguintes sofreram alteração.	
Década de 90	Consciência do tema	Despertar ao nível empresarial para a importância da RSE no âmbito dos negócios. Aparecimento de normalização e certificação no âmbito socialmente responsável.	<p>2ª Fase:</p> <p>Neste período as ações estavam voltadas para o investimento social privado, para a filantropia e para preocupação com a imagem da empresa.</p>
Ano 2000	Informação da RSE	Preocupação com o relato da responsabilidade social. Atribuição de prémios para as empresas que pratiquem ações percebidas como de RSE.	
Atualidade	Ensino da RSE	Hoje a RSE é uma questão de todos e para todos. O seu ensino começa a ser difundido nas escolas e universidades, nas famílias, nas empresas e em todo o ambiente social. Atualmente, a responsabilidade social é uma questão de educação, aprendizagem dos modelos vivenciais da sociedade em que nos inserimos.	<p>3ª Fase:</p> <p>Vive-se o período da responsabilidade social estratégica. Existe uma partilha de valor entre a sociedade e os negócios. Para tal é necessário descobrir quais os impactos das empresas e quais os ambientes externos que a afetam. Como são poucas as áreas em que podemos fazer a diferença, é precisamente nestas que RSE começa a ser eficiente (Porter e Kramer (2011)).</p>

Fonte: Faria, 2015 pág. 40-41.

1.3. Perspetivas sobre a responsabilidade social

A panóplia de controvérsias em torno do paradigma da RSE e as múltiplas mudanças ao longo do tempo contribuíram para o surgimento de novas teorias, abordagens e modelos sobre a temática.

Garriga e Melé, através do artigo “Corporate Social Responsibility theories: Mapping the Territory” assumiram como ponto de partida para uma classificação mais correta determinados aspetos da realidade social como a economia, política, integração social e ética classificando as abordagens principais em quatro grandes grupos de teorias: instrumentais, políticas, integrativas e éticas (Garriga e Melé, (2004, pp. 51-71)).

1.3.1. Perspetivas instrumentais

De acordo com Frideman (1970) a relação entre as empresas e a sociedade só era tida como legítima se, e apenas se daí resulta-se acréscimos económicos para os shareholders. A RSE era tida como um instrumento ao serviço da riqueza, uma ferramenta para melhorar o desempenho económico e financeiro da empresa.

Garriga e Melé (2004) admitem a existência de subcategorias que variam consoante os objetivos considerados na empresa.

Na perspetiva da maximização do valor do acionista, o princípio subjacente é o do lucro dos shareholders. Se o investimento em matérias sociais potenciar o lucro para o negócio deve ser apoiado e encorajado. Se por ventura, implicar custos para a empresa então deve ser rejeitado no momento.

Na perspetiva de incremento de estratégias para a vantagem competitiva o foco principal centra-se na análise dos meios que permitam criar vantagens competitivas para a empresa.

São apologistas desta corrente Porter e Kramer, ao vincarem a ideia de as empresas investirem em causas sociais por forma a criar o seu próprio valor social, para tal usaram quatro motivos para justificar o porquê de as empresas optarem por seguir estratégias socialmente responsáveis: a obrigação moral, a sustentabilidade, a licença para operar e a reputação.

Relativamente à perspetiva de marketing de causas, Smith e Alcorn (1991 pp.19-34) admitem que uma empresa deve participar em atividades socialmente altruístas como ferramenta de marketing para cultivar a sua própria imagem junto dos consumidores e potenciar a confiança nos seus clientes. Assim fomentam o lucro, dado as vendas crescerem.

1.3.2. Perspetivas políticas

As perspetivas políticas subjugam o poder das empresas na sociedade na forma como estas interagem no meio social em que se inserem tendo em consideração o sentido de responsabilidade paralelamente ao poder que possuem. Tendo por base estas perspetivas políticas, podem encontrar-se na literatura as abordagens como: o constitucionalismo empresarial, a teoria do contrato social integrativo e a cidadania empresarial.

Davis, é o principal representante da corrente do constitucionalismo, que vinca a ideia do poder principal influenciador o equilíbrio de mercado.

Donaldson, foi o impulsionador da abordagem do contrato social integrativo na medida em que afirma a existência de um contrato social implícito entre as empresas e a sociedade, facto que implica determinadas obrigações ainda que indiretas, da empresa para com a sociedade.

Quanto à abordagem da cidadania empresarial, o crescente poder social das empresas invoca o reforço dos deveres das empresas para com as comunidades do meio em que se inserem, mais responsabilidades económicas, legais e éticas.

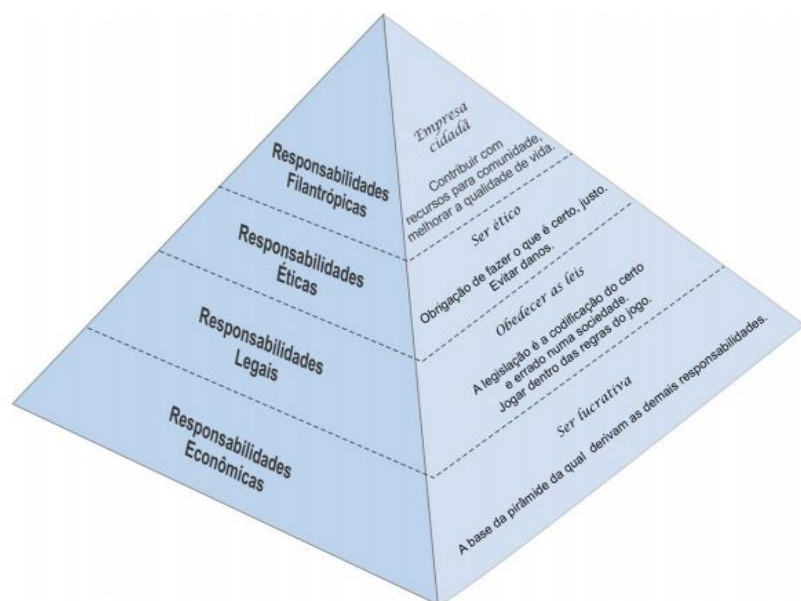
1.3.3. Perspetivas integrativas

As empresas são tomadas como as principais integradoras das normas sociais, no meio em que se inserem. Para tal, devem ter em conta nas suas decisões os valores e as exigências da sociedade onde se encontram, pois devem-lhe a sua existência, continuidade e crescimento. As correntes integrativas mais expressivas são:

- Gestão de assuntos sociais – é crucial para uma empresa saber identificar e avaliar as demandas sociais de modo a perceber em que medida as expectativas da sociedade relativamente ao seu desempenho podem distancia-las do seu desempenho efetivo;
- Responsabilidade pública – Preston e Post (1981 pp. 56-62), dizem que a empresa tem de participar nas políticas públicas e que a responsabilidade pública ultrapassa o mero cumprimento da lei e dos regulamentos e por conseguinte devem expandir o seu campo de interação e participar em domínios considerados relevantes pela opinião pública;

- Gestão dos stakeholders – tem por base o primado dos shareholders e prevê a gestão equilibrada dos interesses de todos aqueles que participam e interagem no projeto empresarial. À luz desta teoria, as estratégias de gestão capazes de integrar os interesses das diversas partes envolvidas na vida das empresas são as que reúnem maior potencial para desempenhos empresariais superiores;
- Desempenho social da empresa – tem por principal representante Carrol que sugere um modelo piramidal que engloba quatro categorias de responsabilidades sociais tais como: económicas, legais, éticas e filantrópicas.

Figura 2 – Categorias de RSE



Fonte: Tese “Dimensões e características das ações da responsabilidade social”, (Silva, (2012, pág. 34)).

1.3.4. Perspetivas éticas

As teorias éticas substanciam-se na assunção de que a relação entre os negócios e a sociedade deve reger-se mediante princípios e deveres éticos, independentemente dos efeitos económicos que possam resultar. De entre as correntes que se notabilizaram, destacam-se:

- Teoria normativa dos stakeholders – com base em princípios éticos;
- Direitos universais – respeitante a direitos humanos;
- Desenvolvimento sustentável - com base no Triple Bottom Line;
- Bem comum – com referência ao bem-estar social.

Tabela 2 – Teorias e abordagens da RSE

Tipo de Teorias	Abordagem	Breve Descrição
<p>Teorias Éticas</p> <p>Focam-se na forma correta para alcançar o bem da sociedade</p>	<p>Teoria normativa dos stakeholders</p>	<p>Considera os deveres fiduciários relativamente aos stakeholders da empresa.</p>
	<p>Direitos universais</p>	<p>Enquadrada e assente nos direitos humanos, direitos do trabalho e respeito pelo ambiente.</p>
	<p>Desenvolvimento sustentável</p>	<p>Procurar o desenvolvimento humano avaliando a geração presente e a vindoura.</p>
	<p>Bem comum</p>	<p>Orientada para o bem comum e o progresso da comunidade.</p>
<p>Teorias Instrumentais</p> <p>As empresas são consideradas como um instrumento orientado para a criação de valor. Centram-se nas atividades sociais como forma de alcançar objetivos económicos</p>	<p>Maximização do valor para o acionista</p>	<p>Maximização do valor a longo prazo.</p>
	<p>Estratégia para alcançar vantagem competitiva</p>	<p>Investimentos sociais em contextos competitivos; Estratégia assente na perspetiva dos recursos naturais de empresa e nas suas capacidades dinâmicas; Estratégia executada com base na pirâmide económica.</p>
	<p>Marketing de causas</p>	<p>Atividades altruístas socialmente reconhecidas, utilizadas como ferramenta de marketing.</p>
<p>Teorias Políticas</p> <p>As empresas são encaradas como tendo poder na sociedade. Centram-se no uso responsável do poder</p>	<p>Constitucionalismo empresarial</p>	<p>As responsabilidades sociais da empresa decorrem do valor do poder social que esta detém.</p>
	<p>Cidadania empresarial</p>	<p>A empresa é vista como um cidadão com um certo envolvimento na sociedade e determinadas obrigações.</p>
	<p>Teoria do contrato social integrativo</p>	<p>Assume que existe um contrato social implícito entre a empresa e a sociedade.</p>
<p>Teorias Integrativas</p> <p>As empresas têm responsabilidades nos assuntos públicos, incluindo a participação na formação das políticas.</p>	<p>Gestão de assuntos sociais</p>	<p>Sistema de avaliação e resposta da empresa às questões sociais e políticas que podem ter impactos significativos.</p>
	<p>Responsabilidade pública</p>	<p>As leis e as responsabilidades nos assuntos políticos são tomadas como referência em termos de desempenho social.</p>
	<p>Gestão dos stakeholders</p>	<p>Gestão equilibrada dos interesses dos stakeholders da empresa.</p>
	<p>Desempenho social da empresa</p>	<p>Procura de legalidade social e de processos adequados de resposta às questões sociais.</p>

Fonte: Elaboração própria.

1.4. Dimensões da responsabilidade social empresarial

A responsabilidade social abrange demasiadamente um leque vasto de componentes, exigindo a sua análise e tratamento em duas grandes dimensões: interna e externa, impulsionado pela publicação do Livro Verde, intitulado “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das empresas” (2001), que veio proporcionar um grande passo na evolução das políticas de RSE.

1.4.1. Dimensão interna

A nível interno, a RS é constituída por quatro dimensões, nomeadamente: a gestão de recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação á mudança a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais. Segundo o Livro Verde sobre a responsabilidade social esta dimensão interna integra uma série de aspetos sumariados no quadro seguinte.

Tabela 3 – Dimensão interna da RSE

Gestão de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">- Aprendizagem ao longo da vida- Melhor equilíbrio entre a vida profissional, familiar e tempos livres- Igualdade de remuneração e género- Regime de participação de lucros e no capital da empresa- Empregabilidade e à segurança dos postos de trabalho- Práticas de recrutamento responsável – não discriminatórias
Saúde, Higiene e Segurança no trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Empregar medidas complementares de promoção da saúde e segurança no trabalho- Programa de certificação e de rotulagem existentes para produtos e serviços e de subcontratação centrados na saúde e segurança no trabalho
Adaptação à mudança	<ul style="list-style-type: none">- Motivação, lealdade, criatividade e produtividade dos trabalhadores- Salvar os direitos dos trabalhadores e conceder-lhes formação suplementar- Participação no desenvolvimento local e em estratégias ativas para o mercado de trabalho
Gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none">- Na exploração de recursos- Nas emissões poluentes- Na produção de resíduos- Nas despesas energéticas- Nos custos de matéria-prima e despoluição- Eliminação de resíduos

Fonte: Faria (2015, pág. 78).

1.4.2. Dimensão externa

Ao nível externo a responsabilidade social também é constituída por quatro grupos: comunidades locais; parceiros comerciais, fornecedores e consumidores; direitos humanos; e preocupações ambientais globais. A empresa pretende tornar-se mais visível e apelativa aos seus consumidores, clientes e demais stakeholders conforme sintetizado no quadro seguinte.

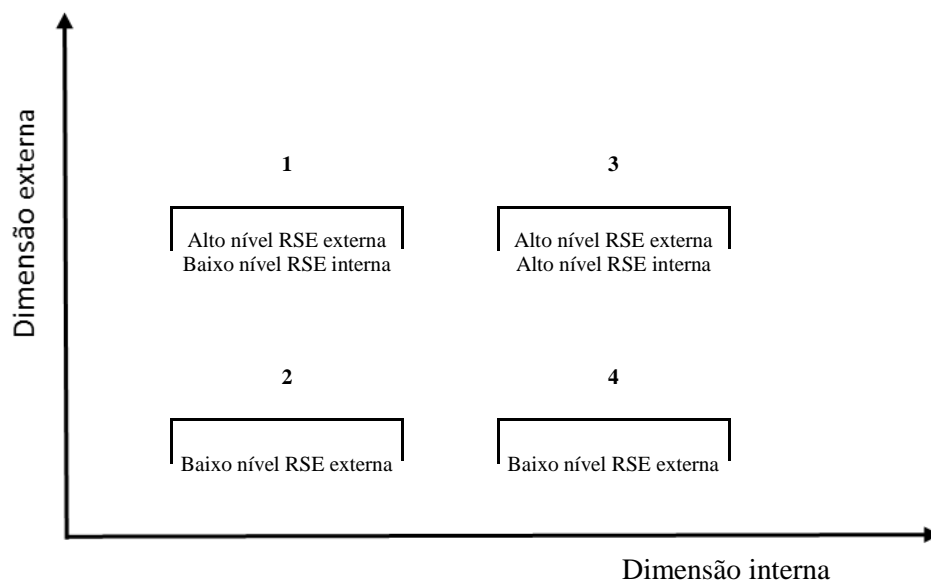
Tabela 4 – Dimensão externa da RSE

Comunidades locais	<ul style="list-style-type: none">- Preocupação com a emissão do ruído, luz, poluição das águas, emissões aéreas, contaminação do solo e dos problemas ambientais inerentes ao transporte e eliminação de resíduos- Recrutamento de pessoas vítimas de exclusão- Disponibilização de estruturas e cuidados à infância para os filhos dos trabalhadores- Patrocínio de eventos culturais e desportivos- Donativos para ações de caridade
Parceiros comerciais, fornecedores e consumidores	<ul style="list-style-type: none">- Parcerias e alianças com empresas comuns- Responsabilidade Social dos clientes, fornecedores, contratados e concorrentes- Promoção do espírito empresarial- Assistência à sociedade de menores dimensões na apresentação de relatórios sobre as suas atividades de RS- Aplicação do princípio de design para todos- Procurar fornecer, de forma ética, eficiente e ecológica, produtos e serviços que os consumidores desejam e dos quais necessitam
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none">- Respeito pelos direitos humanos, normas laborais e de proteção ambiental- Não compactuar com ações de suborno e ou práticas de corrupção- Implementar códigos de conduta que mencionem as condições de trabalho, os direitos humanos e aspetos ambientais- Analisar o impacto das atividades da empresa sobre os direitos humanos dos seus trabalhadores e comunidades locais- Promover o combate ao trabalho e pobreza infantil
Preocupações ambientais globais	<ul style="list-style-type: none">- Promover os objetivos da RS a nível nacional e internacional- A empresa deve associar-se a parceiros globais para contribuir para a melhoria global a nível social e ambiental- Relevância do papel da empresa na consecução do desenvolvimento sustentável

Fonte: Faria (2015, pág. 79).

Independentemente da dimensão em causa, interna ou externa, nem todas as empresas se pautam por uma atuação equilibrada ao nível das dimensões da RSE dado privilegiarem uma em detrimento da outra. Ao nível 3 coexistem elevados níveis de RSE externa e interna. Ao nível 2 denota-se a inexistência completa de responsabilidade social. Ao nível 4, com baixo nível externo mas em contrapartida com nível interno elevado remete para um estado inicial de desenvolvimento responsável das empresas. De acordo com a figura 3:

Figura 3 – Níveis da RSE de acordo com dimensão externa e interna



Fonte: Elaboração própria.

A responsabilidade social apresenta um conjunto de benefícios e inconvenientes que estão associados à sua prática, ao seu conceito à sua interpretação, limites de ação e evolução. Pelo que, o tratamento informativo da responsabilidade social é independente das formas e tipologias que esta prática pode assumir. O respeito pela normalização e o cumprimento de práticas de responsabilidade social são fator primordial para que posteriormente o seu relato seja realizado com maior fiabilidade. Atualmente, muitas empresas optam pela realização de relatórios de sustentabilidade de forma a medir e divulgar a sua imagem e prestar contas à comunidade e partes interessadas. Outras optam pela utilização de indicadores de desempenho da GRI para divulgar a sua responsabilidade social mediante as três dimensões convencionais de sustentabilidade, a económica, ambiental e a social, denominadas de Triple Botton Line. O Quadro 5 resume as vantagens e inconvenientes da RSE.

Tabela 5 – Vantagens e inconvenientes da RSE

		Benefício da Prática de RSE	Desvantagens
	Empresa	Melhoria e Fortalecimento do valor, imagem, prestígio e reputação.	Custos face ao investimento inicial
		Fator de diferenciação	
		Capacidade de inovação	
		Vantagem competitiva	
Vantagens Internas	Económicas	Redução dos custos a nível de materiais e energia	Investimento a longo prazo
		Aumento de rendimentos.	
	Colaboradores	Aumento Satisfação; Moral; Clima Organizacional; Qualificação Competências	O resultado pode não estar à altura das expectativas dos colaboradores
		Redução Despedimentos; Processos disciplinares; Baixas médicas;	
Vantagens Externas	Comerciais	Fidelização do consumidor	Perda de credibilidade de, caso abandone ou deixe de cumprir as suas obrigações sociais.
		Vantagem competitiva	
		Novos clientes	
	Ambientais	Redução da pegada ambiental	A redução da pegada ambiental é gradual e não imediata.
		Aumento da qualidade ambiental	
	Comunicação	Divulgação nos <i>media</i>	Erros de comunicação e notícias “falsas”.
Publicidade gratuita nas redes sociais			
Atração de novos clientes, parceiros comerciais e capital.			

Fonte: Faria, (2015, pág. 80).

1.5. Instrumentos de responsabilidade social

Com o aumento da visibilidade da RSE, aumentaram também os seus instrumentos: códigos, relatórios, normas, sistemas de gestão, entre outros. Nem todos são comparáveis em termos de alcance e aplicação a empresas e sectores. A função dos instrumentos é a criação de níveis mínimos de desempenho. Ajudam as empresas a medir os seus processos e sistemas e consequentemente os seus impactos. Dos vários existentes, apresentamos alguns: normas e certificações de RS, auditorias de RS e relatórios de RS.

1.5.1. Normas de responsabilidade social

Existem várias normas e certificações que permitem avaliar o comportamento da empresa em matéria de responsabilidade social, sendo as mais conhecidas a norma SA8000 e a norma AA1000.

1.5.1.1. Norma SA8000

A certificação em RSE, norma SA 8000 é a primeira norma auditável a nível mundial que certifica empresas com Sistemas de Gestão de Responsabilidade Social implementados. Surgiu em 1997 e teve origem na Social Accountability International (SAI), uma organização sem fins lucrativos, e baseia-se nas convenções da (OIT), na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e na Convenção das Nações Unidas para eliminar todas as formas de discriminação contra as Mulheres. A norma SA8000 baseia-se em nove requisitos:

- **Trabalho Infantil** – proibição do trabalho infantil;
- **Trabalho forçado** – proibição do trabalho forçado, retenção de documentos e ordenados;
- **Saúde e Segurança no Trabalho** – garantir condições de Segurança e Saúde no Trabalho de modo a prevenir acidentes;
- **Liberdade de associação e Direito à Negociação Coletiva** – respeito pelo direito a associação de sindicatos;

- **Discriminação** – proibição de atos discriminatórios baseados na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, associação a sindicato ou filiação política e idade;
- **Práticas disciplinares** – proibição de práticas disciplinares, recorrendo a punição corporal, mental, coerção física e abuso verbal;
- **Horário de trabalho** – cumprimento das leis aplicáveis;
- **Remuneração** – deve ser superior aos valores mínimos em vigor;
- **Sistemas de gestão** – definir a política da empresa quanto à responsabilidade social envolvendo a direção e os representantes da empresa no planeamento e implementação, no controlo de fornecedores / subcontratado, nas ações corretivas, na comunicação externa, no acesso para verificação e nos registos.

Em termos teóricos, a certificação revela que os bens e serviços da empresa foram produzidos, respeitando um conjunto de valores éticos e socialmente responsáveis, ao longo de todo o processo produtivo. No mesmo sentido, a empresa deve assegurar que os seus fornecedores também cumprem os requisitos da norma, proporcionando uma melhoria das condições laborais ao longo da cadeia de produção. É também importante realçar que os requisitos referem-se aos trabalhadores e às condições de trabalho dos fornecedores, não analisando outros requisitos éticos como o pagamento atempado a fornecedores ou o cumprimento de requisitos ambientais.

1.5.1.2. Norma AA1000

Criado em 1999 pelo Institute of Social and Ethical Accountability, o padrão AA1000 não é uma certificação que permite analisar o desempenho da empresa segundo um determinado “ideal”, mas um padrão voluntário que orienta a empresa no seu relacionamento com as partes interessadas.

O AA1000 consiste num conjunto de princípios de qualidade e de processos de avaliação ética. Os princípios são:

- Princípio da Inclusão;
- Princípio da Relevância;
- Princípio da Responsabilidade.

Em conjunto, os três princípios servem de base à realização da prestação de contas. A Inclusão é o ponto de partida para se determinar a Relevância. O processo de Relevância delimita as temáticas de maior relevo para a empresa e para as suas partes interessadas. A responsabilidade é composta pelas decisões, ações e desempenho em relação aos assuntos relevantes.

Rego et al., (2007) refletiram sobre estes dois padrões (SA8000 e AA1000), registrando as seguintes diferenças:

- O SA8000 procura essencialmente controlar o grau de responsabilidade social da cadeia de valor. O AA1000 está mais centrado nos processos de envolvimento das partes interessadas para que se alcance qualidade na auditoria e na comunicação social e ética;
- O padrão SA8000 incide sobre as condições de emprego e de trabalho, o AA1000 permite que a empresa escolha os temas a tratar no âmbito do sistema de gestão, dependendo da sua tipologia, das suas partes interessadas e dos seus objetivos e necessidades;
- Apesar da proximidade de ambos os padrões, há uma diferença elementar: o padrão SA8000 não se orienta pelo princípio da inclusividade de todos os grupos de partes interessadas;
- O processo de comunicação é mais pormenorizado no padrão AA1000 do que no SA8000;
- O SA8000 é uma norma certificável, enquanto o AA1000 é um guia para orientar os utilizadores (empresas) no seu relacionamento com as partes interessadas.

Resumindo, ambos podem ser uma contribuição válida para a melhoria do ambiente ético das empresas e do seu desempenho.

1.6. A responsabilidade social nas empresas

A temática da responsabilidade social está difundida na sociedade, nas empresas e organizações e também na política. Assim, serão referenciadas breves pontos da RSE ao nível da UE e a nível de Portugal.

1.6.1. A RSE a nível da União Europeia

Na união Europeia a RSE assumiu um lugar de destaque nas políticas da UE a partir dos anos 90, e desde essa data têm-se verificado o desenvolvimento de esforços para a definição e implementação na comunidade empresarial inserida na UE (Duarte, 2007).

Uma das primeiras abordagens à RSE surgiu com a Declaração Europeia contra a Exclusão Social, assinada pelo presidente da Comissão das Comunidades Europeias Jacques Delors àquela data e um grupo de empresas signatárias a 10 de Janeiro de 1995. Esta declaração tinha como objetivo apelar ao combate à exclusão social (Lopes, 2004).

Em 1997, com a Cimeira do Emprego, em Luxemburgo, foi selecionado um grupo de alto nível presidido por Pehr G. Gyllenhammar que elaborou um relatório sobre as implicações económicas e sociais da mutação industrial, onde foi imposta a obrigatoriedade de publicação de relatórios anuais para empresas com mais e 1000 trabalhadores.

Em 1999, o Parlamento Europeu aceita o código “Normas da UE para as empresas europeias que operam nos países em desenvolvimento: para um Código de conduta Europeu”. Este documento abrange diversos domínios como o trabalho infantil, anticorrupção, sustentabilidade ambiental e ainda padrões de conduta para as empresas europeias que operam em países em desenvolvimento.

Em 2001, foi publicado pela Comissão Europeia o “Livro verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”, que tinha como objetivos difundir o debate sobre a RSE e a criação de parcerias que permitissem o desenvolvimento de um quadro europeu para a promoção da RSE.

Em 2002, a Comissão Europeia emitiu um comunicado designado de “Responsabilidade Social das Empresas: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável” por forma a sublinhar a importância da definição de RSE para a Comissão europeia e as etapas que as empresas devem concretizar para melhorar os seus compromissos com a responsabilidade Social.

Em 2006, surge um comunicado da Comissão das Comunidades Europeias sobre “Implementação da parceria para o crescimento e o emprego” de forma a apelar à comunidade empresarial para efetuarem a demonstração pública dos seus compromissos a nível de desenvolvimento sustentável, do crescimento económico e do emprego.

Como é possível constatar, foi dado bastante destaque à temática da RSE na UE. Atualmente é possível consultar o Boletim Empreendedorismo Europeu Responsável, uma e-newsletter livre e trimestral que disponibiliza, entre outras informações, estudos realizados de diversas temáticas como o empreendedorismo responsável, a responsabilidade social das empresas e as pequenas e médias empresas.

1.6.2. A RSE em Portugal

No século XV assistiu-se à criação de Misericórdias ligadas à Igreja Católica e mais tarde, entre 1926 e 1974, no Estado Novo, o modelo corporativo português beneficiou o domínio das principais empresas por um limitado número de famílias. Como consequência surgiram algumas iniciativas a favor dos empregados consideradas socialmente avançadas para a época. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, iniciaram-se diversas nacionalizações e a instalação de uma economia social. A pouca industrialização da economia portuguesa até então não tinha criado preocupações ambientais relevantes.

No entanto, mais recentemente verificaram-se alterações ambientais preocupantes em Portugal como poluição atmosférica e das águas, construção selvagem e destruição do património ambiental trazendo assim a introdução de legislação ambiental estimulada e financiada pela UE ao sistema jurídico português.

Foram também surgindo em Portugal iniciativas de apoio ao desenvolvimento estratégico da RSE, nomeadamente prémios, apoios financeiros e benefícios fiscais sobre donativos.

Nos últimos anos em Portugal é possível encontrar um conjunto de organizações/associações com o objetivo de promover novas filosofias de gestão assente em conceitos que emergem da RS e do desenvolvimento sustentável como, por exemplo, o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), a Associação Portuguesa para RSE Portugal, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD Portugal e a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) (Observatório Social do Alentejo, 2008).

O GRACE foi fundado em Fevereiro de 2000 e é uma associação, sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a cidadania empresarial, a RSE e a divulgação de práticas de gestão empresarial socialmente responsáveis. Tem como sócios fundadores a BP, a Fundação Luso - Americana para o Desenvolvimento, a HBI, a IBM, a INAPA, a McDonald`s, a PEC e a Xerox.

A RSE Portugal é uma associação, sem fins lucrativos, que pertence ao conjunto de instituições europeias que estão ligadas à CSR Europe e tem como objetivo promover a RSE através de apoio a programas e projetos em diversas áreas.

O BCSD Portugal foi criado por uma iniciativa conjunta das seguintes empresas, a saber: Sonae, Cimpor, Soporcel e mais 33 empresas de primeira linha da economia nacional ligadas ao WBCSD – World Business Council for Sustainable Development em Outubro de 2001. É, tal como as anteriores, uma associação sem fins lucrativos e de acordo com o seu site na internet tem como principais objetivos divulgar e promover o desenvolvimento sustentável.

Por fim, a APEE foi fundada em Novembro de 2002 e tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento da ética nas organizações.

Parte II – Estudo empírico

2.1. Objetivos do estudo

Num contexto económico e financeiro marcado por assimetrias e injustiças sociais, a RSE assume uma importância crescente, na medida em que poderá contribuir para diminuição desses desequilíbrios. Se, por um lado, as empresas procuram ser o mais lucrativas possível, também não é menos verdade que procuram ser socialmente responsáveis. A RSE vem combater as práticas das empresas que têm como foco apenas o lucro, ignorando os interesses das outras partes interessadas e o seu possível impacto negativo na comunidade onde se inserem.

As empresas que não promovem o equilíbrio socioeconómico e bem-estar dos seus clientes e da comunidade, verão as consequências refletidas nos seus resultados económico-financeiros. Numa sociedade cada vez mais informada e consciente, e numa perspetiva de longo prazo, a sustentabilidade das empresas não depende apenas das suas responsabilidades no que diz respeito ao aspeto económico, mas também a nível social e ambiental. Através da mensuração da RSE, temos como objetivos principais:

- Verificar até que nível a RSE pode afetar o desempenho económico das empresas;
- Avaliar se uma empresa socialmente responsável é cumulativamente uma mais-valia para o desenvolvimento sustentável;
- Determinar se as empresas responsáveis são aquelas que tem os melhores resultados económico-financeiros;
- Medir a relação entre a responsabilidade social e a performance económica e financeira;

Por forma a responder aos objetivos mencionados, serão determinadas as variáveis de mensuração da RSE, ao nível interno e externo, e do desempenho económico-financeiro, tendo como hipóteses de investigação:

- H1 – A Responsabilidade Social está positivamente relacionada com performance económica e financeira.
- H2 – O desempenho da RSE está positivamente relacionado com o desempenho económico e financeiro.

Para tal, serão analisadas as práticas de RSE da Mota Engil SGPS SA e da Galp Energia SGPS SA, no período de 2011 a 2015, de forma a medir-se o nível de responsabilidade, a evolução de índice de RSE e a correlação entre a RSE e o desempenho económico e financeiro.

2.2. Metodologia da investigação

Atendendo ao objetivo da investigação, a metodologia adequada deverá ser qualitativa, pois pretende-se uma análise sobre os comportamentos das empresas para com a comunidade em que se inserem. Assim o processo de seleção de estratégias é condicionada pela escolha de métodos que melhor se adaptam ao estudo de caso e compreensão de resultados. Contudo para ser possível a análise qualitativa será necessária a mensuração quantitativa das variáveis de dimensão interna e externa e do desempenho económico-financeiro.

2.2.1. Definição da amostra

A amostra da presente dissertação é composta por duas empresas da Euronext Lisbon, obrigadas a relatar as contas de acordo com as Normais Internacionais de Contabilidade (IAS – IFRS standards), pertencentes ao PSI20.

A Mota Engil SGPS SA e a Galp Energia SGPS SA, sujeitas a adotar práticas de RSE, serão alvo de estudo no período de 2011 a 2015.

2.2.2. Variáveis da Investigação

Para a prossecução da presente investigação determinaram-se as seguintes variáveis:

— Para análise e avaliação da RSE

Análise quantitativa com base nas diferentes variáveis de dimensão interna e externa como sejam: gestão de recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, gestão responsável, gestão do impacto ambiental, ética, stakeholders, direitos humanos, preocupações ambientais.

Análise qualitativamente com base na mensuração através da escala de Likert³ em três estados: pouco responsáveis, responsáveis e bastante responsáveis.

— Para análise e avaliação do desempenho económico-financeiro

Análise às demonstrações financeiras com base em indicadores contabilísticos nomeadamente os rácios de: rentabilidade financeira e rentabilidade económica.

2.2.3. Recolha de dados

Selecionadas as empresas alvo de estudo, segue-se a recolha de dados que permitam responder ao pretendido na investigação. Para o efeito optou-se pela análise de conteúdos, através dos dados disponibilizados pelas duas empresas relativamente ao período de 2011 a 2015 como sejam:

- Relatórios de gestão e contas;
- Relatórios de sustentabilidade;
- Site em web das empresas.

³ **Rensis Likert**, nasceu na cidade de Ann Arbor no estado de Michigan nos Estados Unidos no dia 5 de agosto de 1903 e faleceu dia 3 de setembro de 1981, foi um professor de sociologia e psicologia e diretor do Instituto de Pesquisas Sociais de Michigan.

2.2.4. Tratamento dos dados

Os dados recolhidos, foram analisados para mensurar a responsabilidade social das empresas e também do seu desempenho económico-financeiro com o auxílio da ferramenta de apoio a folha de cálculo Excel.

Assim, para quantificar a responsabilidade social das empresas, foi elaborada uma listagem com vários itens, que constam em anexo, com base nas variáveis para mensuração da responsabilidade social das empresas.

A pontuação atribuída a cada item, teve origem nas informações recolhidas nos relatórios das empresas conforme:

Não ou Não Aplicável = 0

Sim = 1

Com base nos resultados obtidos procedeu-se à avaliação qualitativa em três níveis, mediante escala de Likert, conforme exposto no quadro nº6, a seguir:

Tabela 6 – Correspondência entre análise quantitativa e qualitativa

Nível de RSE	Índice de RSE
1 – Pouco responsáveis	0 – 99
2 – Responsáveis	100 – 150
3 – Bastante Responsáveis	151 – (...)

Fonte: elaboração própria.

Parte III – Discussão de resultados

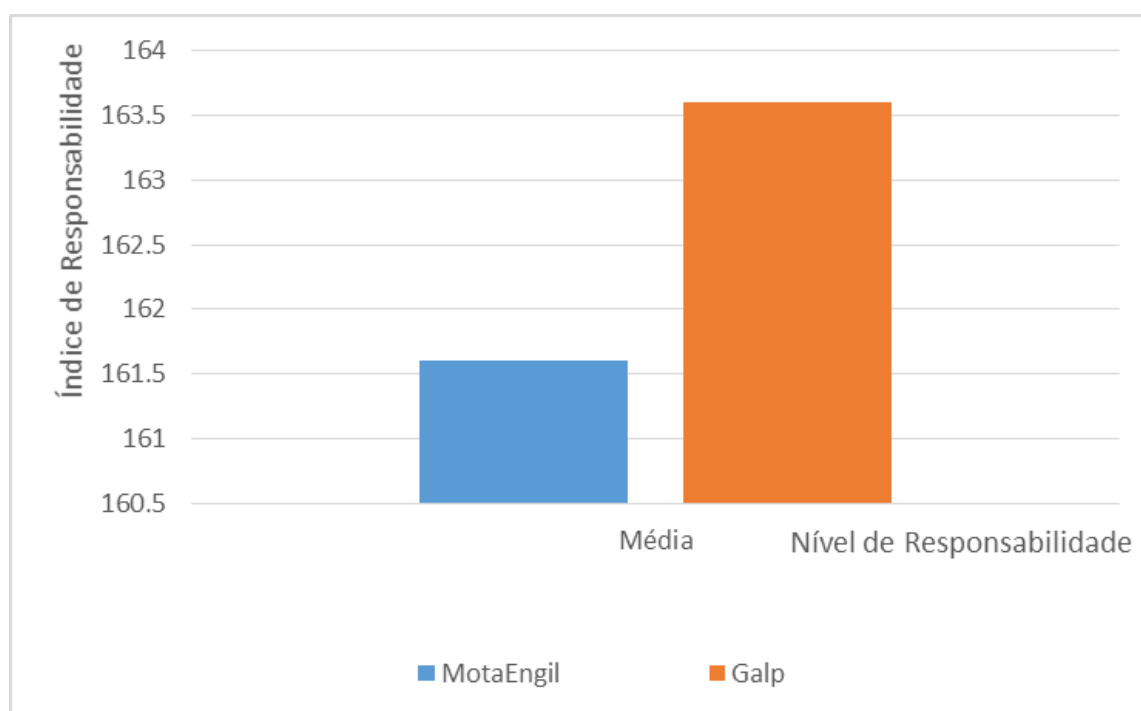
3.1. Análise descritiva

Pretende-se evidenciar os resultados mais significativos, de acordo com os valores obtidos da análise e mensuração das páticas de responsabilidade social, da Mota Engil SGPS SA e da Galp Energia SGPS SA, durante o período de 2011 a 2015, e a respetiva evolução com a adoção das práticas de responsabilidade social.

O nível de responsabilidade social, foi definido de acordo com a escala de Likert com três níveis: 1 – Pouco Responsáveis; 2 – Responsáveis; 3 - Bastante Responsáveis. Através do cálculo da média dos cinco anos verificamos que tanto a Galp SA como a Mota Engil SA, atingiram o nível de Responsabilidade Bastante Responsável conforme demonstrado no gráfico 1 em conformidade com o quadro 6.

A Galp SGPS SA, supera o nível de responsabilidade, no período em análise, a Mota Engil SGPS SA, em 2 valores; contudo, podemos concluir que ambas são bastante responsáveis.

Gráfico 1 – Média Índice de Responsabilidade no período 2011 a 2015.



Fonte: elaboração própria.

Se analisarmos separadamente as duas empresas nos diferentes anos verificamos a existência de algumas diferenças, conforme demonstrado nos gráficos seguintes nº 2,3,4,5 e 6.

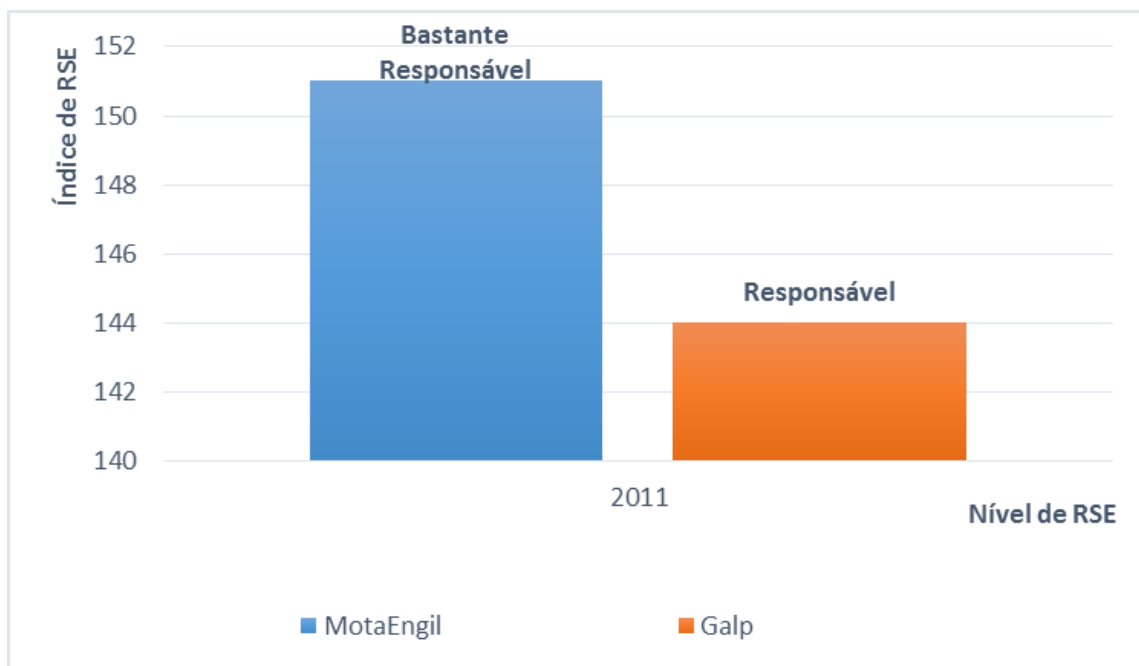
Em 2011 a Mota Engil S já está num nível de Responsabilidade Social Bastante Responsável e a Galp SA apresenta um nível de Responsabilidade Social Responsável.

No ano de 2012 a Mota Engil SA apresenta já nível de Responsabilidade Social Bastante Responsável, igualando o índice de Responsabilidade obtido pela Galp SA no mesmo Ano.

Em 2013, apesar das duas empresas apresentarem o mesmo nível de Responsabilidade Social de Bastante Responsável, a GALP SA ultrapassa a Mota Engil SA em 1 valor em termos de Índice de Responsabilidade Social.

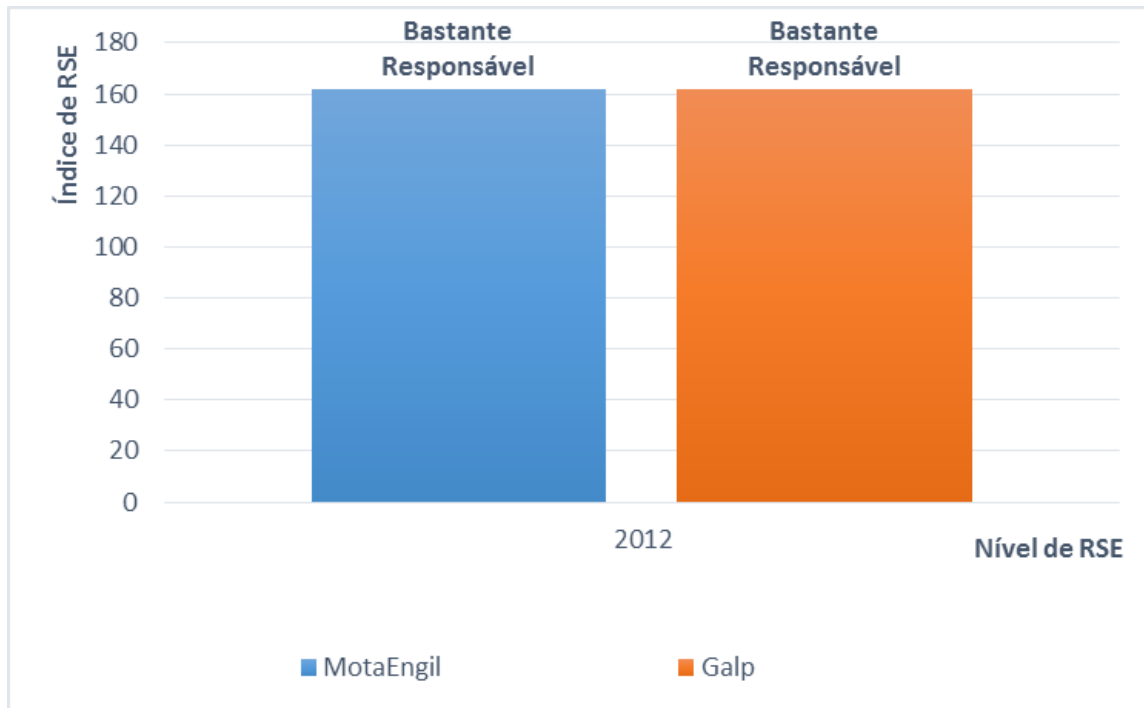
Para os anos de 2014 e 2015 o cenário mantém-se. Tanto a Galp SA como a Mota Engil SA apresentam níveis de Responsabilidade Social como Bastante Responsável, sendo a GALP SA a empresa com o Índice de Responsabilidade Social mais elevado.

Gráfico 2 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2011.



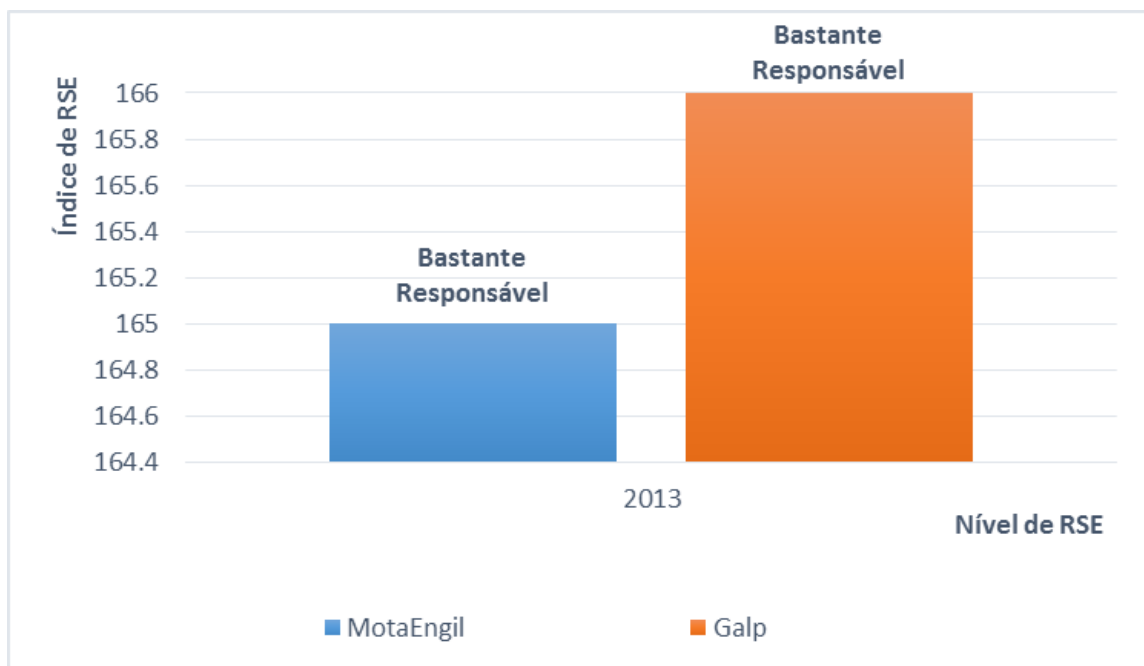
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 3 – Índice de Responsabilidade em 2012.



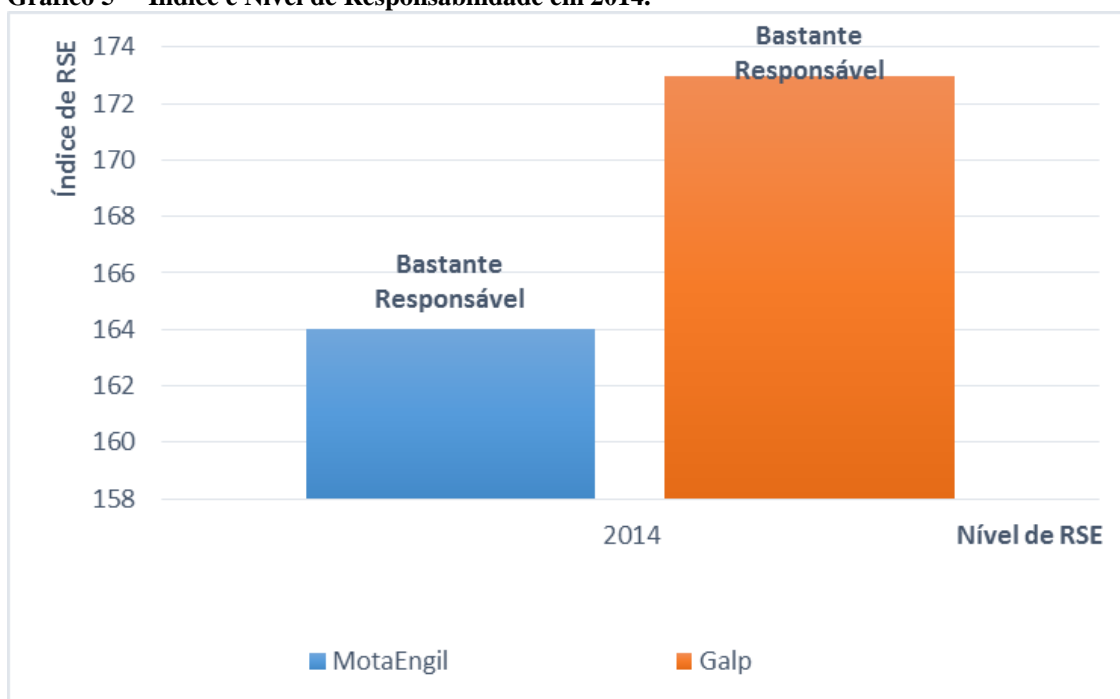
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 4 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2013.



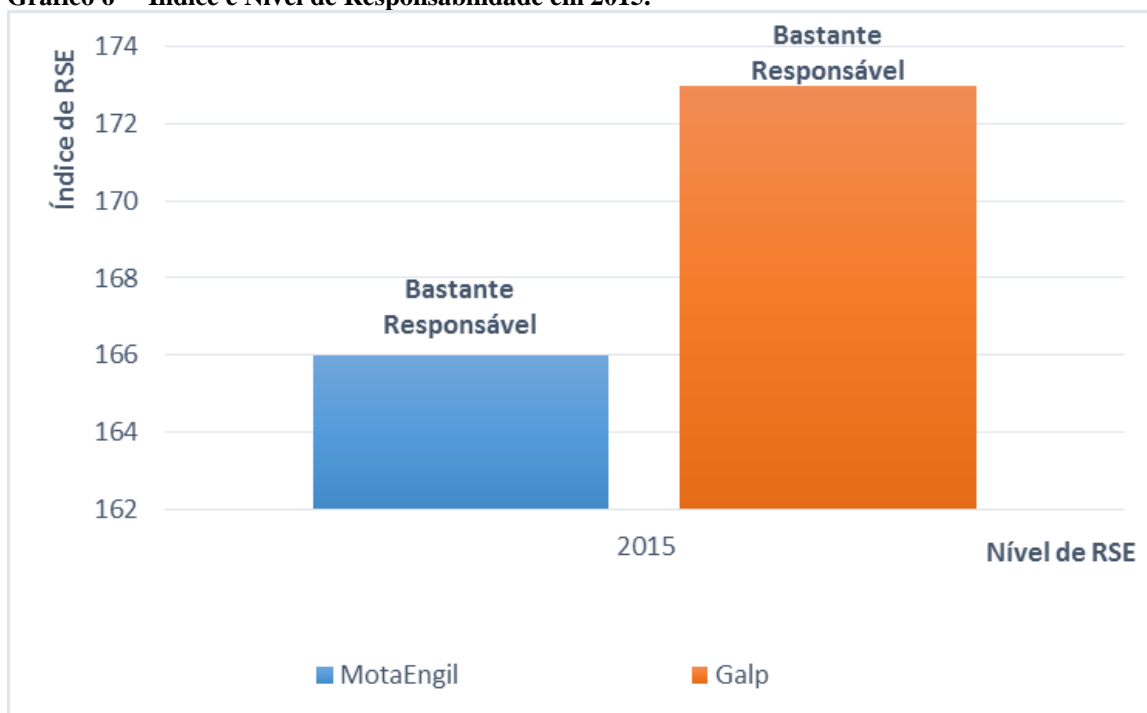
Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 5 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2014.



Fonte: Elaboração Própria

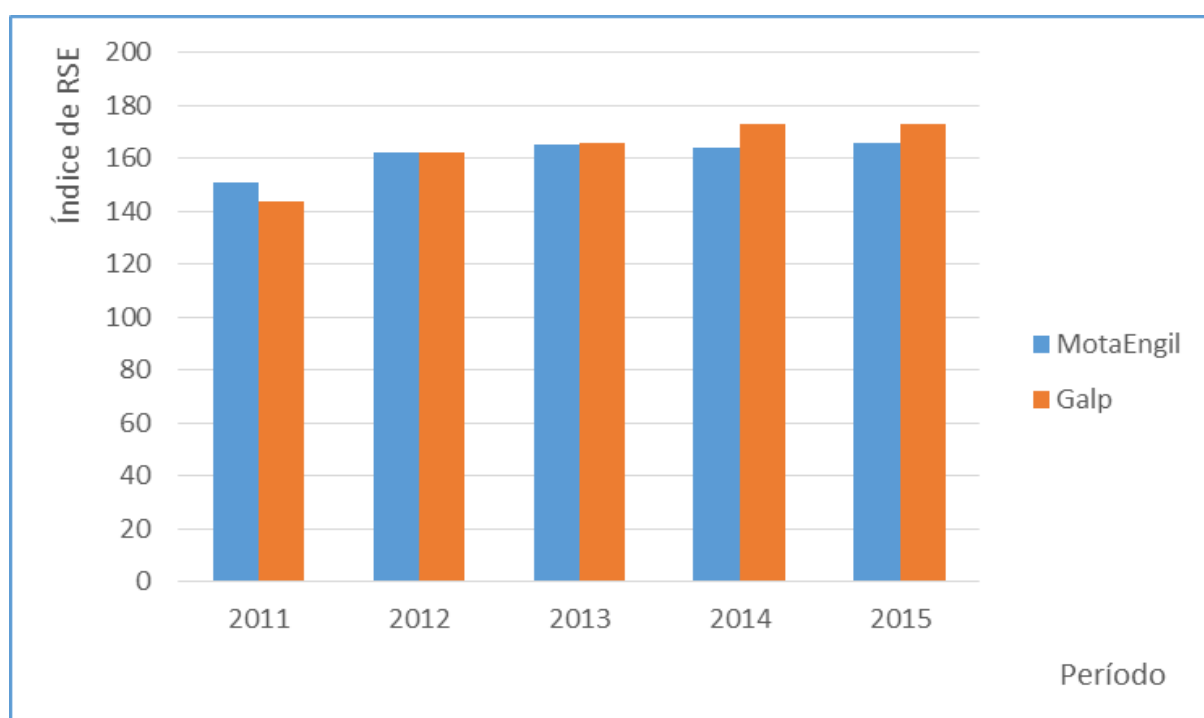
Gráfico 6 – Índice e Nível de Responsabilidade em 2015.



Fonte: Elaboração Própria

Analisando os resultados expostos, podemos concluir que existiu uma evolução positiva na adoção e divulgação da Responsabilidade Social. Tanto a Galp SGPS SA como a Mota Engil SGPS SA investem na sua divulgação e dão cumprimento às diretrizes do GRI, definindo objetivos, avaliando e quantificando os impactos na sociedade, efetuando comunicações regulares com os vários stakeholders. Desta forma, transmitem uma imagem positiva no meio que se inserem, conforme evidenciado no gráfico 7 onde está exposta a evolução das duas empresas ao longo do período em análise.

Gráfico 7 – Índice de Responsabilidade de 2011 a 2015 Galp SA e Mota Engil SA.



Fonte: Elaboração Própria

3.2. Testes de hipóteses

3.2.1. - H1: A Responsabilidade Social Empresarial influencia o desempenho económico-financeiro.

Na presente investigação, a fim de dar resposta ao 1º objetivo, H1, a responsabilidade social empresarial influencia o desempenho económico-financeiro, foram criadas as hipóteses estatística H1a e H1b. Pretende-se apresentar as conclusões retidas com base nos 2 testes, por forma a obter-se respostas para a hipótese de referência H1.

H1a: Mensuração da RSE segundo as dimensões de responsabilidade.

Tabela 7 – Mensuração ao nível das dimensões de RSE

	Galp SGPS SA					Mota Engil SGPS SA				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Gestão Responsável	14	14	14	14	14	13	14	14	14	14
Gestão de Recursos Humanos	19	21	22	22	22	27	28	28	28	28
Saúde e Segurança no Trabalho	12	16	16	16	16	14	15	15	14	15
Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos Naturais	16	20	21	23	22	25	26	28	28	28
Ética Empresarial	12	12	12	14	14	7	8	8	8	8
Comunidades Locais	24	25	26	26	26	24	25	25	25	25
Stakeholders	15	15	15	15	15	12	16	16	16	16
Direitos Humanos	6	10	10	10	10	8	8	8	8	9
Preocupações Ambientais e Filantrópicas Globais	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Instrumentos RSE	13	15	16	17	18	7	7	8	8	8
Total	141	158	162	167	167	147	157	160	159	161

Fonte: Elaboração Própria

H1b: Mensuração do desempenho económico-financeiro.

Tabela 8 – Mensuração do desempenho económico-financeiro em %

	Galp SGPS SA					Mota Engil SGPS SA				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Rendibilidade Económica	-0.07	-0.12	-0.12	-0.11	-0.06	5.90	4.92	7.39	7.11	3.96
Rendibilidade Financeira	4.35	1.80	21.67	15.66	21.69	14.24	11.48	15.35	20.18	4.10

Fonte: Elaboração Própria

Analisando os dados evidenciados no quadro 7, verifica-se uma evolução positiva na adoção e divulgação das práticas de responsabilidade quer da Mota Engil SGPS SA quer da Galp Energia SGPS SA. Ambas passaram do nível responsáveis em 2011 para o nível bastante responsáveis em 2012, mantendo o mesmo nível nos anos seguintes.

O mesmo se verifica com os resultados obtidos no quadro 8, onde a tendência é de subida, tal significa um aumento da capacidade das empresas em criar lucro, bem como o fomento da atratividade. Rendibilidade económica indica-nos a rendibilidade do negócio e a rendibilidade financeira permite-nos medir a rendibilidade dos capitais investidos.

3.2.2. – H2: Correlação entre o índice de RSE e o desempenho económico-financeiro.

Tabela 9 – Correlação índice RSE e o desempenho económico-financeiro

<u>Correlação</u>	Rendibilidade Económica	Rendibilidade Financeira
Índice RSE Galp SA	0.96	0.69
Índice RSE Mota Engil SA	-0.02	-0.19

Fonte: Elaboração Própria

A propriedade mais importante do coeficiente de correlação centra-se no intervalo de variação entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o relacionamento entre o índice RSE e a rendibilidade, ou seja ambas as variáveis variam na mesma direção como acontece com a Galp SA. Por sua vez, quando os resultados tendem para -1 significa que as variáveis variam em sentido inverso uma da outra, ou seja existe relacionamento entre ambas mas variam em sentidos opostos, tal como acontece com a Mota Engil SA.

Parte IV – Conclusões

4.1. Principais conclusões, limitações e orientações futuras de investigação

Ao longo do tempo a responsabilidade social tem suscitado debates sobre a conveniência da sua adoção, possíveis vantagens, por forma a tirar partido de oportunidade social. Para além de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável há que ser socialmente responsável abrindo-se novos mercados, novos produtos e novas oportunidades de negócio potenciando a melhoria da qualidade de vida dos consumidores e o crescimento das receitas.

A presente investigação teve como principais objetivos, verificar se a RSE influencia o desempenho económico-financeiro da Galp Energia SGPS SA e da Mota Engil SGPS SA, no período de 2011 a 2015, e se as empresas socialmente mais responsáveis são também aquelas que têm um desempenho económico-financeiro melhor.

Para a análise e mensuração da RSE construiu-se um índice de dimensões definido em três grupos de variáveis: (1) variáveis de dimensão interna – gestão responsável; Gestão dos Recursos Humanos; Saúde e Segurança no Trabalho; gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais; e ética empresarial; (2) variáveis de dimensão externa – comunidades locais; stakeholders; direitos humanos; e preocupações ambientais e filantrópicas Globais; (3) outras variáveis – instrumentos de RSE.

A mensuração das dimensões definidas para a RSE permitiu a avaliação quantitativa final de cada empresa, índice RSE, e a categorização de acordo com três Níveis de RSE. Para a mensuração do desempenho económico-financeiro utilizaram-se os indicadores contabilísticos e financeiros: Rendibilidade Económica e Rendibilidade Financeira.

Relativamente ao índice de RSE, verificou-se nas duas empresas um aumento crescente ao longo dos anos, tal demonstra a afirmação de sensibilidade crescente na adesão e divulgação das práticas de responsabilidade social.

Ao nível da correlação entre o índice de RSE e o desempenho económico, verificou-se a existência de correlação entre as variáveis, contudo não responde ao objetivo em definir se uma empresa socialmente responsável é aquela que apresenta melhor desempenho económico porque as empresas alvo de estudo foram caracterizadas como responsáveis e no entanto a Mota Engil SA apresenta uma correlação negativa, quase nula.

Em suma, os resultados apresentados indicam uma tendência positiva para adoção e divulgação de práticas da RSE, embora os resultados do estudo da relação entre a RSE e o desempenho económico-financeiro não tenham sido evidentes e significativos. Talvez o alargar do período e o leque de empresas a analisar permitisse a obtenção de resultados mais concretos e claros.

Apesar de as empresas adotarem as normas socialmente responsáveis, o percurso percorrido parece indicar que a RSE é um passo de consciência de uma civilização cada vez mais esclarecida, ao qual se seguirão outros que exigirão maiores responsabilidades.

Analisar as falhas de uma cultura e valores estabelecidos, no sentido de perceber os padrões dissimulados que contrariam e dificultam uma cultura consciente, ética e responsável, será um passo importante para o enraizamento da RSE.

As instituições de ensino poderão ter um papel relevante, uma vez que são o trampolim para a vida profissional, tendo responsabilidades na formação ética do indivíduo, que se começa a sedimentar com a base familiar, mas que é profundamente influenciada pelo meio em que se insere e especialmente pelo meio escolar e académico, onde o indivíduo despende grande parte da sua infância e juventude. Uma educação e formação que valorize o comportamento ético e socialmente responsável, que valorize a correta geração de riqueza e a correta distribuição da riqueza, serão preponderantes.

A dimensão do “Desenvolvimento Humano”, no sentido de potencializar o desenvolvimento do comportamento humano deveria ser acrescida à Responsabilidade Social Empresarial.

Uma das dificuldades relacionadas com a investigação prende-se com a avaliação da RSE ou avaliação do desempenho social empresarial e da falta de indicadores disponíveis para este tipo de investigação.

Contudo, a presente investigação pretende contribuir não só para o estudo exploratório do contexto português, mas também para providenciar um novo modelo de mensuração que poderá ser um ponto de partida para o lançamento de um índice europeu de avaliação e mensuração da RSE, baseado nas dimensões definidas no Livro Verde pela Comissão Europeia. Desta forma, como linhas futuras de investigação apresentam-se: o estudo de estratégias adotadas pelas empresas e o seu impacto no desempenho económico-financeiro e o estudo por uso de estratégias semelhantes por sectores de atividade.

Concluindo, a sustentabilidade poderá ser um primeiro passo para a RSE, na medida em que as empresas ao procurarem a sustentabilidade no médio e longo prazo, acabam por considerar a sua atuação não apenas no âmbito económico, mas também no âmbito social e ambiental, procurando assim credibilizar a sua atuação e garantir a sua continuidade.

Por outro lado, noutros países assiste-se a uma tendência para os investidores preferirem cada vez mais os investimentos em empresas socialmente responsáveis, tendência essa que provavelmente acabará por se refletir no contexto português. São vários os grupos de stakeholders que, cada vez mais, demonstram sensibilidade ao comportamento socialmente responsável das empresas.

O que indicia que os investimentos na RSE, não obstante o facto de o retorno provavelmente não ser imediato, terão um impacto positivo e poderão contribuir para um desenvolvimento sustentável das mesmas e do meio no qual se inserem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Accountability, (2008). *AA1000 accountability principles standard 2008*. Obtido em 5 de Maio de 2017, de https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rgh07SEN428J:https://www.accountability.org/wp-content/uploads/2016/10/AA1000APS_portug-ues.pdf+&cd=4&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt.

Almeida, F. (2007). *Os Desafios da Sustentabilidade*. Editor Campus.

Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE, 2017). Obtido em 24 de Maio de 2017, de <http://www.apee.pt/site/>.

A responsabilidade social das empresas (RSE, 2017). Obtido em 2 de Abril de 2017, de http://www.cgov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=326-.

Botelho, S. & Miguel, O. (2011). *Manual de Responsabilidade Social*. Associação Têxtil e Vestuário de Portugal.

Comissão das Comunidades Europeias (2002). *Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*. Obtido em 20 de Maio de 2017, de http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=154&m=PDF.

Carroll, B. (1991). *The pyramid of corporate social responsibility: towards the moral management of organizational stakeholders*. *Business Horizons*, July - August, pp. 39-48.

Carroll, B. (1999). *Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct*. *Business and Society*, 38 (3), pp. 268-295;

Commission of the European Community (COM, 2002). *Comunicação relativa à responsabilidade social das empresas: um contributo das empresas para um desenvolvimento sustentável*. Obtido em 28 de Maio de 2017, de https://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/february/tradoc_127374.pdf&prev=search.

Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal, 2017). *Relatórios de Sustentabilidade*. Obtido em 24 de maio d 2017, de <http://www.bcsdportugal.org/relatorios-de-sustentabilidade>.

Drucker, F. (1984). *The new meaning of corporate social responsibility*. *California Management Review*, 26, pp. 53-63.

Donaldson, T., & Preston, E. (1995). *The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications*. *Academy of Management Review*, 20, pp. 65-91;

Duarte, A. (2007). *Responsabilidade social das empresas: moda ou mudança do paradigma de gestão?* Dissertação de Mestrado em gestão de empresas, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Obtido em 6 de Junho de 2017, de <https://catalogo.biblioteca.iscte-iul.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=41821>.

Edwards, B. (2010). *O guia básico para a sustentabilidade*. Autor Gustavo Gili;

Euronext Lisboa PSI 20 (2017). *Market Information*. Obtido em 23 de Maio de 2017, de <https://www.bolsadelisboa.com.pt/products/indices/PTING0200002-XLIS>.

Davis, K. (1973). *The case for and against business assumption of social responsibilities*. *Academy of Management Review*, pp. 312-322.

Faria, M. (2015). *Responsabilidade Social Empresarial: relato e análise económica e financeira*. Vida Económica Editorial SA.

Friedman, M. (1970). *The social responsibility of business is to increase its profits*. *The New York Times Magazine*, 3.

Galp Energia SGPS SA (2010-2015). *Relatórios anuais*. Obtido em 21 de março de 2017, de <http://www.galpennergia.com/PT/investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-anuais/Paginas/Arquivo-de-relatorios-anuais.aspx>.

Garriga E., & Melé (2004). *Corporate social responsibility, theories: mapping the territory*. *Journal of Business Ethics*, 53, pp. 51-71;

Global Reporting Initiative (GRI, 2017). *Sustainability reporting*. Obtido em 15 de Janeiro de 2017 de, <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/reporting-benefits.aspx>.

Instituto Ethos (Ethos, 2017). *Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis*. Obtido em 15 de Janeiro de 2017, de <http://www3.ethos.org.br/categoria/publicacoes/>.

Lopes, A. (2004). *A SA8000 e a responsabilidade social das empresas: a emergência de um novo paradigma?* Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Obtido em 15 de Julho de 2017, de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/789>.

Lourenço, A. & Schroder, D. (2013). *Vale investir em Responsabilidade social Empresarial? Stakeholders, Ganhos e Perdas*. Obtido em 21 de Junho de 2017, de <https://www.google.pt/search?q=Vale+investir+em+Responsabilidade+social+Empresarial%3F+Stakeholders%2C+Ganhos+e+Perdas.&oq=Vale+investir+em+Responsabilidade+social+E>

mpresarial%3F+Stakholders%2C+Ganhos+e+Perdas.&aqs=chrome..69i57.669j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8.

Maignan, I., & Ferrell, O. C. (2005). *A stakeholder model for implementing social responsibility in marketing*. European Journal of Marketing, 39, pp. 9-10.

Mota Engil SGPS SA(2010-2015). *Caderno de Sustentabilidade*. Obtido em 28 de Abril de 2017, de <http://www.mota-engil.pt/Caderno-de-Sustentabilidade/de-Sustentabilidade>.

Mota Engil SGPS SA (2010-2015). *Informações financeiras*. Obtido em 28 de Abril de 2017, de <http://www.mota-engil.pt/Investidores/Informacoes-Financeiras>.

Monteiro, S. (2013). *Manual de Contabilidade Financeira*. Vida Económica Editorial SA.

Pinto, G. (2004). *Responsabilidade social das empresas – estado da arte em Portugal*. Lisboa: CECOA.

Preston, L., Post, J. (1981). *Private Management and Public Policy*. California Management Review, XXIII (3), pp. 56-62.

Porter, M., & Kramer, M. R. (2002). *The competitive advantage of corporate philanthropy*. Harvard Business Review, December;

Rego, A. et al. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável*. Editora RH, Lisboa;

Sustainability intelligence action (2017). *Relatórios de Gestão da Sustentabilidade e Inovação Social*. Obtido em 24 de maio de 2017, de <http://www.sairdacasca.com/?s=relatorio>.

Rodrigues, J. & Duarte, M. (2012). *Responsabilidade social e ambiental das empresas*. Escolar Editora.

Santos, S. & Santos, R. & Dias, R. (2008). *Sustentabilidade, Competitividade e Equidade Ambiental e Social*. Editora Almedina.

Silva, A. (2012). *Dimensões e características das ações da responsabilidade Social*. Dissertação de mestrado em Gestão empresarial, Faculdade da Boa Viagem DeVry Brasil. Obtido em 15 de Julho de 2017, de <http://imagens.devrybrasil.edu.br/wp-content/uploads/sites/88/2015/01/17160609/Ant-nio-Carlos-Alves-da-Silva.pdf>.

Social accountability Internacioanl(SAI, 2001). *Responsabilidade social 8000*. Obtido em 5 de Maio de 2017, de <https://www.cpfl.com.br/institucional/fornecedores/Documents/Norma-Responsabilidade-Social-SA8000.pdf>.

Werbach, A. (2010). *Estratégia para a Sustentabilidade*. Campus.

ANEXOS

Anexo 1 – Índice de RSE da Mota Engil SGPS SA

Índice de RSE					
Gestão Responsável	Mota Engil, SGPS SA				
	ANOS				
	2011	2012	2013	2014	2015
A responsabilidade social faz parte dos objectivos da organização	1	1	1	1	1
A responsabilidade social é uma preocupação que faz parte da missão, visão, valores e estratégia da organização	1	1	1	1	1
A gestão de topo tem um envolvimento pessoal e directo nas iniciativas e decisões de RSE	1	1	1	1	1
Possui um sistema/órgão de RSE	1	1	1	1	1
Estabelece objectivos e estratégias de responsabilidade social nas três vertentes: económica, social e ambiental	1	1	1	1	1
Descreve o acompanhamento e avaliação do desempenho das metas estabelecidas para a RSE	1	1	1	1	1
Estabelece parcerias para o desenvolvimento da responsabilidade social	1	1	1	1	1
Possui um sistema de contabilidade social	1	1	1	1	1
Promove o empreendedorismo ecológico e social com iniciativas concretas (ex: micro crédito; bolsas de empreendedorismo)	1	1	1	1	1
Promove a inovação de carácter social e ambiental através de iniciativas concretas	1	1	1	1	1
Possui Sistema de Gestão da Qualidade	1	1	1	1	1
Menciona auditorias à gestão da qualidade	1	1	1	1	1
Investe/promove os Fundos de Investimento socialmente responsáveis /éticos	1	1	1	1	1
Menciona o Princípio da Precaução	0	0	0	0	0
Assume o compromisso com os princípios e boas práticas de Corporate Governance (Governo da Sociedade)	0	1	1	1	1
	13	14	14	14	14
Gestão dos Recursos Humanos					
Promove o equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres dos colaboradores com iniciativas concretas	1	1	1	1	1
Permite horários de trabalho flexível	0	0	0	0	0
Possibilita aos colaboradores a participação nos lucros/capital da empresa	0	0	0	0	0
Apoia a formação e reconversão dos seus gestores e quadros superiores para que tenham as habilitações e competências desenvolvimento e à promoção da responsabilidade social na empresa	1	1	1	1	1
Promove acções de formação/sensibilização para o desempenho social junto dos colaboradores	1	1	1	1	1
Apoia a formação e aprendizagem para uma melhor qualificação dos seus colaboradores	1	1	1	1	1
Comparticipa os custos com a formação académica dos colaboradores	1	1	1	1	1
Promove a partilha de informação e conhecimentos entre colaboradores com iniciativas concretas	1	1	1	1	1
Promove a igualdade em termos de remunerações, recrutamento e de perspectivas de carreira para as mulheres	1	1	1	1	1
Existe equilíbrio entre o nº de colaboradores do sexo feminino e do sexo masculino e nomeadamente em cargos de administração	0	0	0	0	0
Promove a segurança dos postos de trabalho, nomeadamente no vínculo efectivo dos colaboradores	1	1	1	1	1
Apoia a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho	1	1	1	1	1
Adopta práticas de recrutamento responsáveis, designadamente não-discriminatórias, facilitando a contratação de pessoas étnicas, colaboradores mais idosos, desempregados de longa duração e pessoas em situação de desvantagem no mercado	1	1	1	1	1
Refere a contratação de pessoas em situação de desvantagem no mercado de trabalho no corrente ano	0	0	0	0	0
Efectua o acompanhamento de colaboradores que não se encontram ao serviço devido a incapacidade ou lesão, assegurando retribuição	1	1	1	1	1
Promove a comunicação aberta a todos os níveis, designadamente com a gestão de topo, com iniciativas concretas	1	1	1	1	1
Reúne periodicamente com os sindicatos/associações de trabalhadores para ouvir sugestões e negociar reivindicações	0	0	0	0	0
Promove um ambiente de trabalho de qualidade, valorizando o espírito de equipa e a colaboração através de acções/programas	1	1	1	1	1
Promove acções de reconhecimento do mérito e dedicação dos colaboradores	1	1	1	1	1
Efectua a avaliação do desempenho dos recursos humanos, promovendo o envolvimento e participação dos mesmos melhorar o seu desempenho	1	1	1	1	1
Estabelece Planos de desenvolvimento de carreiras	1	1	1	1	1
Menciona informação sobre os índices de satisfação/motivação no trabalho	1	1	1	1	1
Assegura aos colaboradores uma remuneração acima do rendimento mínimo nacional, que garanta um nível de vida adequado	0	1	1	1	1
Atribui prémios pecuniários e de outra natureza aos colaboradores	1	1	1	1	1
Disponibiliza estruturas de cuidados à infância para os filhos dos colaboradores ou incentivos alternativos	1	1	1	1	1
Oferece apoios à educação dos filhos/familiares dos colaboradores	1	1	1	1	1
Oferece outros benefícios destinados aos filhos dos colaboradores	1	1	1	1	1
Oferece benefícios de promoção e protecção da saúde e bem estar	1	1	1	1	1

Oferece benefícios sociais de apoio na reforma	0	0	0	0	0
Assegura apoio jurídico aos colaboradores ou mediação laboral	0	0	0	0	0
Assegura apoio em assuntos financeiros (ex: protocolos com bancos)	1	1	1	1	1
Oferece outro tipo de benefícios que não os acima indicados	1	1	1	1	1
Promove o desenvolvimento de executivos globais, acatelando a minimização do impacto da deslocação	1	1	1	1	1
Estabelece práticas para evitar despedimentos	1	1	1	1	1
Promove a comunicação e diálogo com os intervenientes de processos de mudança, reestruturação, despedimento	0	0	0	0	0
Procura assumir a sua quota-parte de responsabilidade em processos de despedimento, procurando garantir a capacidade pessoal, nomeadamente permitindo-lhes receber formação profissional suplementar	1	1	1	1	1
	27	28	28	28	28
Saúde e Segurança no Trabalho					
Cumpra as normas legais de saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
Possui um sistema de saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
Possui plano de prevenção de riscos e segurança no trabalho e resposta a emergências (ex.: incêndios; calamidades)	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para diminuição dos riscos químicos e biológicos	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para diminuição do ruído	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para melhorar a qualidade do ar	0	0	0	0	0
Adopta iniciativas para garantir a segurança e a diminuição dos riscos inerentes ao trabalho	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para melhorar a ergonomia do ambiente de trabalho	1	1	1	1	1
Proporciona formação aos colaboradores/prestadores de serviços nesta matéria	1	1	1	1	1
Proporciona actividades/programas que promovem a saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
Descreve os objectivos nesta matéria	1	1	1	1	1
Menciona a divulgação interna dos objectivos definidos	1	1	1	1	1
Descreve a avaliação de desempenho relativamente aos objectivos estabelecidos	1	1	1	1	1
Estabelece procedimentos para implementação de acções correctivas e acções preventivas	1	1	1	1	1
Houve redução nos índices de sinistralidade relativamente ao ano anterior	0	1	1	0	1
Efectua auditorias para avaliação dos aspectos da saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
	14	15	15	14	15
Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos Naturais					
Assume compromisso de redução de emissões de CO ₂ , estabelecendo objectivos quantificados	1	1	1	1	1
Descreve os objectivos referentes à minimização do impacto ambiental e exploração dos recursos naturais, especificando/Avalia/Identifica os riscos ambientais significativos	1	1	1	1	1
minimizar os efeitos negativos para as diferentes actividades desenvolvidas, descrevendo as medidas para minimizar os efeitos negativos	1	1	1	1	1
Não financia/nem investe em projectos com risco social e ambiental elevado, privilegiando projectos com baixo risco, equador	1	1	1	1	1
Houve redução do impacto ambiental negativo relativamente ao ano anterior	1	0	1	1	1
Efectua e gestão das emissões poluentes, adoptando iniciativas para a sua minimização	1	1	1	1	1
Efectua a gestão dos efluentes/águas residuais, adoptando iniciativas para minimizar os impactes negativos	1	1	1	1	1
Efectua a gestão dos resíduos/reciclagem, adoptando iniciativas para minimizar o impacto negativo	1	1	1	1	1
Tem programas para a racionalização e optimização do uso da água	1	1	1	1	1
Tem programas para a racionalização e optimização do uso da energia	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para redução do papel/plásticos	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para a minimização do impacto ambiental resultante do transporte	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para minimizar o impacto das radiações electromagnéticas	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para uso de fontes de energia renovável/alternativas numa abordagem de desenvolvimento sustentável	0	0	1	1	1
Promove a conservação da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas, eco sistemas sensíveis e áreas legalmente protegidas	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para minimizar o impacto paisagístico das instalações	1	1	1	1	1
Promove a formação/sensibilização dos colaboradores nesta matéria	1	1	1	1	1
Promove a formação/sensibilização dos fornecedores/prestadores de serviços para as questões ambientais	1	1	1	1	1
Desenvolve produtos/serviços ecológicos que contribuem para a diminuição do impacto ambiental	0	1	1	1	1
Utiliza/investe em tecnologia/equipamentos ecológicos	0	1	1	1	1

Apoia/investe em projectos ambientais	1	1	1	1	1
Houve um aumento dos investimentos na redução do impacto ambiental relativamente ao ano anterior	0	0	0	0	0
Estabelece parcerias para a promoção de objectivos de Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos naturais	1	1	1	1	1
Divulga internamente os objectivos definidos relativamente a esta matéria	1	1	1	1	1
Descreve a avaliação do desempenho relativamente aos objectivos/iniciativas estabelecidas	1	1	1	1	1
Possui Sistema de Gestão ambiental	1	1	1	1	1
Efectua auditorias ao sistema de gestão ambiental	1	1	1	1	1
Efectua auditorias externas a fornecedores/prestadores de serviços a fim de averiguar o cumprimento das regras ambientais	1	1	1	1	1
Possui sistema de contabilidade ambiental	1	1	1	1	1
Refere a inexistência de incidentes/ multas/coimas por falta de cumprimento da legislação ambiental	1	1	1	1	1
	25	26	28	28	28
Ética Empresarial					
Os princípios de integridade, ética e boa conduta fazem parte dos valores da organização	1	1	1	1	1
Possui código de conduta e de ética	1	1	1	1	1
Menciona a divulgação do código de conduta e ética internamente	1	1	1	1	1
Possui um comité de ética/Provedor de ética	0	0	0	0	0
Promove acções e práticas que estejam em conformidade com as regras de boa conduta	0	0	0	0	0
Adopta práticas de boa conduta no que se refere à publicidade, nomeadamente subscreve código de ética referente à publicidade	1	1	1	1	1
Subscreve Código de Boas Práticas na comunicação comercial para menores	0	0	0	0	0
Promove a lealdade no relacionamento com a concorrência	1	1	1	1	1
Zela pela confidencialidade das informações relativas a fornecedores e clientes e de informações privilegiadas	0	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas com o objectivo de consciencializar os fornecedores/prestadores de serviços relativamente a questões de ética e de boa conduta	0	0	0	0	0
A escolha de fornecedores/prestadores de serviços tem em conta o cumprimento pelos mesmos de códigos de ética e conduta	0	0	0	0	0
Todos os fornecedores/prestadores de serviços subscrevem código de ética e de responsabilidade social	0	0	0	0	0
Tem procedimentos próprios para a denúncia e tratamento de práticas irregulares e anti-éticas na organização	0	0	0	0	0
Não permite a corrupção e práticas anti-éticas	1	1	1	1	1
Presta informação sobre práticas anti-lobbies e de financiamento a partidos políticos	0	0	0	0	0
Promove a formação em ética e práticas anti-corrupção	1	1	1	1	1
Efectua auditorias que avaliam o cumprimento dos códigos de conduta e pressupostos legais	0	0	0	0	0
Efectua auditorias aos fornecedores/prestadores de serviços aos critérios éticos e cumprimento de pressupostos legais	0	0	0	0	0
	7	8	8	8	8
Comunidades Locais					
Procura a integração adequada da empresa na respectiva envolvente local contribuindo para o desenvolvimento local	1	1	1	1	1
Tem em conta o mercado local em termos de recrutamento, contratação de fornecedores e prestadores de serviços, venda de produtos/prestação de serviços, numa óptica de contribuição para o desenvolvimento local	1	1	1	1	1
Incentiva a preservação ambiental da envolvente local	1	1	1	1	1
Incentiva a preservação patrimonial/paisagística/cultural da envolvente local	1	1	1	1	1
Promove acções de educação/sensibilização ambiental na comunidade local	1	1	1	1	1
Promove acções de educação/sensibilização para a responsabilidade social na comunidade	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de promoção da diversidade (cultural, religiosa, étnica)	1	1	1	1	1
Patrocina/Promove eventos culturais, educacionais, científicos, artísticos, saúde, desportivos (outros) a nível local	1	1	1	1	1
Efectua donativos para acções filantrópicas a nível local	1	1	1	1	1
Procura promover o desenvolvimento de actividades desfavorecidas (ex. agricultura, pesca)	0	0	0	0	0
Procura promover o desenvolvimento de regiões desfavorecidas	1	1	1	1	1
Apoia/Financia projectos/iniciativas na área da saúde	1	1	1	1	1
Apoia/Financia projectos/iniciativas educacionais na envolvente local	1	1	1	1	1
Apoia/Financia projectos científicos/investigação na envolvente local	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio a crianças, jovens, adultos com dificuldades especiais	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas para ajudar vítimas de calamidades	1	1	1	1	1
Estabelece parcerias com entidades locais	1	1	1	1	1

Apoia ONG's, Instituições, Associações em programas com uma vertente social, promovendo a economia social	1	1	1	1	1
Desenvolve actividades/iniciativas de cariz social na envolvente local, designadamente para minimização da pobreza e exclusão social	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio a estrangeiros residentes em Portugal	1	1	1	1	1
Promove as tradições locais/produtos regionais	1	1	1	1	1
Inclui programas de voluntariado e envolvimento dos colaboradores com as comunidades locais e iniciativas sociais	1	1	1	1	1
Efectua a avaliação dos impactes sociais e ambientais dos projectos a implementar, visando a sua minimização	1	1	1	1	1
Consulta as partes interessadas relativamente aos projectos a implementar e ao seu impacto sobre a comunidade	0	1	1	1	1
Apoia iniciativas de prevenção e combate a incêndios na envolvente local	1	1	1	1	1
Apoia iniciativas de promoção dos direitos humanos junto da comunidade	1	1	1	1	1
Inclui informação sobre os montantes destinados a iniciativas sociais junto da comunidade, discriminando as áreas a que se destinaram	0	0	0	0	0
Os valores investidos em iniciativas sociais junto da comunidade são superiores aos do ano anterior	0	0	0	0	0
Possui um sistema de gestão de avaliação do retorno social dos projectos financiados na comunidade local	0	0	0	0	0
	24	25	25	25	25
Stakeholders					
Identifica os principais stakeholders	0	1	1	1	1
Identifica expectativas e necessidades dos stakeholders	0	1	1	1	1
Adopta iniciativas para responder às necessidades de cada uma das partes interessadas	1	1	1	1	1
Promove iniciativas de diálogo e envolvimento dos stakeholders	1	1	1	1	1
Divulga os relatórios ou as iniciativas de sustentabilidade junto dos parceiros directos (colaboradores, investidores, fornecedores/prestadores de serviços,	1	1	1	1	1
Os relatórios de sustentabilidade/responsabilidade social são elaborados com a participação dos colaboradores	1	1	1	1	1
Inclui feedback dos sindicatos/comissão de trabalhadores na verificação dos relatórios de sustentabilidade/responsabilidade social	1	1	1	1	1
Inclui feedback dos stakeholders relativamente ao desempenho da responsabilidade social nos relatórios de sustentabilidade/responsabilidade social	1	1	1	1	1
Promove acções de sensibilização/formação junto dos fornecedores/prestadores de serviços no âmbito da responsabilidade social empresarial (ex: ética	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de sensibilização para comportamentos responsáveis (ex.: consumo responsável; hábitos saudáveis; comportamentos ecológicos)	1	1	1	1	1
Menciona o cumprimento atempado dos compromissos com os fornecedores	0	0	0	0	0
Procura compreender as expectativas e necessidades dos clientes, desenvolvendo iniciativas para melhorar a qualidade, segurança, fiabilidade dos	1	1	1	1	1
Menciona informação sobre os índices de satisfação dos clientes	0	1	1	1	1
Menciona informação sobre os índices de satisfação dos fornecedores	0	1	1	1	1
Apresenta procedimentos específicos para dar resposta às reclamações dos clientes/defesa dos clientes	1	1	1	1	1
Tem a preocupação de fornecer produtos/serviços utilizáveis pelo máximo número de pessoas, designadamente consumidores portadores de deficiência	1	1	1	1	1
Procura fornecer produtos/serviços que incluam uma perspectiva de responsabilidade social ou benefício público (ex: mais saudáveis; destinados a pessoas carenciadas; apoio a causas sociais; apelando à consciência social e ambiental; apoio a clientes com dificuldades no pagamento dos créditos)	1	1	1	1	1
	12	16	16	16	16
Direitos Humanos					
Assume o compromisso de cumprimento das disposições legais e normas vinculativas a nível nacional, da União Europeia e Internacional, relativamente aos Direitos Humanos	1	1	1	1	1
Adopta código de conduta que inclui os direitos humanos	1	1	1	1	1
Respeita a proibição de trabalho infantil	1	1	1	1	1
Respeita a proibição de trabalho forçado	1	1	1	1	1
Procura assegurar que os seus fornecedores/prestadores de serviços cumprem com as regras referentes a direitos humanos, designadamente, não utilizam mão-de-obra infantil ou forçada	0	0	0	0	1
Respeita a diversidade e a igualdade de oportunidades e tratamento	1	1	1	1	1
Respeita a liberdade de associação e reivindicação	1	1	1	1	1
Não permite a utilização de práticas abusivas e discriminatórias	1	1	1	1	1
Promove a formação em direitos humanos	1	1	1	1	1
Os contratos de investimento/fornecimento incluem cláusulas referentes a direitos humanos	0	0	0	0	0
	8	8	8	8	9
Preocupações Ambientais e Filantrópicas Globais					
As Filiais/Subsidiárias no estrangeiro desenvolvem iniciativas de RSE junto das respectivas comunidades	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio directo às comunidades dos países onde detém participações	1	1	1	1	1

Apoia/Patrocina iniciativas para protecção e preservação do ambiente a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas para protecção e preservação do património a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas de cariz social e humanitário a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas de cariz educacional e científico a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas de cariz cultural e artístico a nível global	1	1	1	1	1
Apoia ONG's, Instituições, Associações, nacionais ou internacionais em iniciativas de RSE a nível global	1	1	1	1	1
Estabelece parcerias para o desenvolvimento de iniciativas de RSE a nível global	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio a vítimas de calamidades a nível global	1	1	1	1	1
	10	10	10	10	10

Instrumentos de RSE					
Obteve certificação pela Norma SA 8000 (Responsabilidade Social da Social Accountability International)	0	0	0	0	0
Adopta a Norma AA1000 (Assurance Standard)	0	0	0	0	0
Obteve certificação pela NP 4469-1:2008 - Sistema de Gestão da Responsabilidade Social	0	0	0	0	0
Obteve certificação pela ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements)	0	0	0	0	0
Obteve certificação pela ISO 9000 (Sistemas de Gestão da Qualidade)	1	1	1	1	1
Obteve certificação pela Norma ISO 14000 (Sistema de Gestão Ambiental)	1	1	1	1	1
Obteve certificação pela Norma NP 4397 (Saúde e Segurança Ocupacional) / Norma OSHSAS 18001 (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho)	1	1	1	1	1
Segue as orientações da NP 4460-1/2007: Ética nas Organizações	0	0	0	0	0
Está cotada no índice "Dow Jones Sustainability Group Index" - Indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global	0	0	0	0	0
Está cotada no índice FTSE4Good - Índice Internacional de Responsabilidade Social	0	0	0	0	0
Está cotada no índice Domini 400 Social Index (Avalia o impacto da acção social sobre a performance financeira)	0	0	0	0	0
Os Relatórios de Sustentabilidade são elaborados de acordo com as Directrizes de Orientação G3 da Global Reporting Initiative (GRI)	1	1	1	1	1
O relatório de sustentabilidade inclui os dados e a informação requeridos para a atribuição do nível A+ com verificação pelo GRI	0	0	0	0	0
Reporta e promove a verificação independente dos seus Relatórios de Sustentabilidade	1	1	1	1	1
Segue as normas laborais definidas pela Organização Internacional do Trabalho	0	0	0	0	0
Segue as Directrizes para Empresas Multinacionais da OCDE, que promovem o desenvolvimento sustentável	0	0	0	0	0
Esta registada no Sistema de EMAS - Eco Management and Audit Scheme (Eco gestão e Auditoria Ambiental)	0	0	0	0	0
É associada da BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	1	1	1	1	1
É associada da RSE Portugal ou da GRACE	0	0	1	1	1
Aderiu à Rede Nacional de Responsabilidade Social (Rede RSOPT)	0	0	0	0	0
Aderiu ao World Business Council for Sustainable Development	0	0	0	0	0
Adopta os Princípios do Equador e cumpre as suas exigências	0	0	0	0	0
Aderiu à iniciativa "Global Compact", que procura associar as empresas como parceiros para atingir melhorias globais a nível social e ambiental	0	0	0	0	0
Aderiu aos Princípios da CERES (estabelece um código de conduta em matéria ambiental para as organizações)	0	0	0	0	0
Possui produtos com rotulagem ambiental, como por exemplo o Rótulo Ecológico da União Europeia	1	1	1	1	1
Prémios recebidos pelo desempenho social, ético, ambiental	0	0	0	0	0
	7	7	8	8	8

Outros:					
Membro da EPIS - Empresários para a Inclusão Social	0	1	1	1	1
Associada da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial	0	0	0	0	0
Membro da Associação Aprender a Empreender	1	1	1	1	1
Membro da Cement Sustainability Initiative (CSI)	0	0	0	0	0
Obteve certificação pela Norma ISO 22000 / Norma DS 3027 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar)	0	0	0	0	0
Obteve certificação pela norma NP EN ISO/IEC 17025 (Laboratórios)	1	1	1	1	1
Obteve certificação pela NP 4457:2007 (Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação)	0	0	0	0	0
Obteve certificação da cadeia de responsabilidade de produtos florestais PEFC	0	0	0	0	0
Obteve certificação do processo de cadeia de responsabilidade da Forest Stewardship Council (FSC) para a floresta	0	0	0	0	0
Inclusão no índice ECPI Ethical Index EMU	0	0	0	0	0
Adesão ao Programa ambiental das Nações Unidas para o sector financeiro	0	0	0	0	0
Adesão ao Manifesto "Energy!Efficiency in Buildings" da WBCSD	0	0	0	0	0

Subscrição "CEO Climate Policy Recommendation to G8 Leaders"	0	0	0	0	0
Subscrição do código para utilização de combustíveis e matérias primas alternativas	0	0	0	0	0
Subscreve o Protocolo de emissões para a Indústria Cimenteira da WBCSD	0	0	0	0	0
Subscrição da Carta Compromisso com os objectivos do milénio	0	0	0	0	0
Subscrição do código de conduta referente às actividades de microcrédito	0	0	0	0	0
Subscrição do Código de Ética para o Comércio e Serviços da Confederação do Comércio de Portugal	0	0	0	0	0
Subscrição do Código de Conduta Florestal	0	0	0	0	0
Adopção do Código de Conduta sobre a Aquisição Legal de Madeira	0	0	0	0	0
Subscrição da Carta de Responsabilidade Social da Union Network International	0	0	0	0	0
Subscrição da Carta de Sustentabilidade da European Telecommunication Network Operators Association	0	0	0	0	0
Adesão à Iniciativa Business e Biodiversity da Presidência Portuguesa da União Europeia	1	1	1	1	1
Adesão ao protocolo do ICNB adoptando a filosofia de Gestão "Business and Biodiversity"	1	1	1	1	1
Adesão à iniciativa "Countdown 2010" da World Conservation Union para travar a perda da biodiversidade	0	0	0	0	0
Adesão ao "Carbon Disclosure Project"	0	0	0	0	0
Adesão à Global Business Coalition (tem por missão combater doenças infecciosas)	0	0	0	0	0
Subscrição do Código de Conduta Empresas e VIH da Plataforma Laboral	0	0	0	0	0
Adesão à "World Safety Declaration" (Segurança no ambiente de trabalho)	0	0	0	0	0
Adesão à Declaração das Nações Unidas contra a corrupção	0	0	0	0	0
Adesão à Carta Anti-Corrupção da Global Compact	0	0	0	0	0
	4	5	5	5	5
	<u>151</u>	<u>162</u>	<u>165</u>	<u>164</u>	<u>166</u>

Anexo 2 – Índice de RSE da Galp Energia SGPS SA

Índice de RSE					
GALP SGPS, SA	ANOS				
Gestão Responsável	2011	2012	2013	2014	2015
A responsabilidade social faz parte dos objectivos da organização	1	1	1	1	1
A responsabilidade social é uma preocupação que faz parte da missão, visão, valores e estratégia da organização	1	1	1	1	1
A gestão de topo tem um envolvimento pessoal e directo nas iniciativas e decisões de RSE	1	1	1	1	1
Possui um sistema/órgão de RSE	1	1	1	1	1
Estabelece objectivos e estratégias de responsabilidade social nas três vertentes: económica, social e ambiental	1	1	1	1	1
Descreve o acompanhamento e avaliação do desempenho das metas estabelecidas para a RSE	1	1	1	1	1
Estabelece parcerias para o desenvolvimento da responsabilidade social	1	1	1	1	1
Possui um sistema de contabilidade social	0	0	0	0	0
Promove o empreendedorismo ecológico e social com iniciativas concretas (ex: micro crédito; bolsas de empreendedorismo)	1	1	1	1	1
Promove a inovação de carácter social e ambiental através de iniciativas concretas	1	1	1	1	1
Possui Sistema de Gestão da Qualidade	1	1	1	1	1
Menciona auditorias à gestão da qualidade	1	1	1	1	1
Investe/promove os Fundos de Investimento socialmente responsáveis /éticos	1	1	1	1	1
Menciona o Princípio da Precaução	1	1		1	1
Assume o compromisso com os princípios e boas práticas de Corporate Governance (Governo da Sociedade)	1	1	1	1	1
	14	14	13	14	14
Gestão dos Recursos Humanos					
Promove o equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres dos colaboradores com iniciativas concretas	0	0	1	1	1
Permite horários de trabalho flexível	0	0	0	0	0
Possibilita aos colaboradores a participação nos lucros/capital da empresa	0	0	0	0	0
Apoia a formação e reconversão dos seus gestores e quadros superiores para que tenham as habilitações e competências desenvolvimento e à promoção da responsabilidade social na empresa	1	1	1	1	1
Promove acções de formação/sensibilização para o desempenho social junto dos colaboradores	1	1	1	1	1
Apoia a formação e aprendizagem para uma melhor qualificação dos seus colaboradores	1	1	1	1	1
Comparticipa os custos com a formação académica dos colaboradores	1	1	1	1	1
Promove a partilha de informação e conhecimentos entre colaboradores com iniciativas concretas	1	1	1	1	1
Promove a igualdade em termos de remunerações, recrutamento e de perspectivas de carreira para as mulheres	1	1	1	1	1
Existe equilíbrio entre o nº de colaboradores do sexo feminino e do sexo masculino e nomeadamente em cargos de administração	0	0	0	0	0
Promove a segurança dos postos de trabalho, nomeadamente no vínculo efectivo dos colaboradores	1	1	1	1	1
Apoia a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho	1	1	1	1	1
Adopta práticas de recrutamento responsáveis, designadamente não-discriminatórias, facilitando a contratação de pessoas étnicas, colaboradores mais idosos, desempregados de longa duração e pessoas em situação de desvantagem no mercado	1	1	1	1	1
Refere a contratação de pessoas em situação de desvantagem no mercado de trabalho no corrente ano	0	0	0	0	0
Efectua o acompanhamento de colaboradores que não se encontram ao serviço devido a incapacidade ou lesão, assegurando retribuição	1	1	1	1	1
Promove a comunicação aberta a todos os níveis, designadamente com a gestão de topo, com iniciativas concretas	1	1	1	1	1
Reúne periodicamente com os sindicatos/associações de trabalhadores para ouvir sugestões e negociar reivindicações	1	1	1	1	1
Promove um ambiente de trabalho de qualidade, valorizando o espírito de equipa e a colaboração através de acções/programas	1	1	1	1	1
Promove acções de reconhecimento do mérito e dedicação dos colaboradores	0	0	0	0	0
Efectua a avaliação do desempenho dos recursos humanos, promovendo o envolvimento e participação dos mesmos melhorar o seu desempenho	1	1	1	1	1
Estabelece Planos de desenvolvimento de carreiras	1	1	1	1	1
Menciona informação sobre os índices de satisfação/motivação no trabalho	0	1	1	1	1
Assegura aos colaboradores uma remuneração acima do rendimento mínimo nacional, que garanta um nível de vida adequado	0	0	0	0	0
Atribui prémios pecuniários e de outra natureza aos colaboradores	1	1	1	1	1
Disponibiliza estruturas de cuidados à infância para os filhos dos colaboradores ou incentivos alternativos	0	0	0	0	0
Oferece apoios à educação dos filhos/familiares dos colaboradores	0	0	0	0	0
Oferece outros benefícios destinados aos filhos dos colaboradores	0	0	0	0	0

Oferece benefícios de promoção e protecção da saúde e bem estar	1	1	1	1	1
Oferece benefícios sociais de apoio na reforma	0	1	1	1	1
Assegura apoio jurídico aos colaboradores ou mediação laboral	0	0	0	0	0
Assegura apoio em assuntos financeiros (ex: protocolos com bancos)	0	0	0	0	0
Oferece outro tipo de benefícios que não os acima indicados	0	0	0	0	0
Promove o desenvolvimento de executivos globais, acautelando a minimização do impacto da deslocação	1	1	1	1	1
Estabelece práticas para evitar despedimentos	1	1	1	1	1
Promove a comunicação e diálogo com os intervenientes de processos de mudança, reestruturação, despedimento	0	0	0	0	0
Procura assumir a sua quota-parte de responsabilidade em processos de despedimento, procurando garantir a capacidade pessoal, nomeadamente permitindo-lhes receber formação profissional suplementar	0	0	0	0	0
	19	21	22	22	22
Saúde e Segurança no Trabalho					
Cumpre as normas legais de saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
Possui um sistema de saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
Possui plano de prevenção de riscos e segurança no trabalho e resposta a emergências (ex.: incêndios; calamidades)	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para diminuição dos riscos químicos e biológicos	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para diminuição do ruído	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para melhorar a qualidade do ar	0	1	1	1	1
Adopta iniciativas para garantir a segurança e a diminuição dos riscos inerentes ao trabalho	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para melhorar a ergonomia do ambiente de trabalho	1	1	1	1	1
Proporciona formação aos colaboradores/prestadores de serviços nesta matéria	1	1	1	1	1
Proporciona actividades/programas que promovem a saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
Descreve os objectivos nesta matéria	0	1	1	1	1
Menciona a divulgação interna dos objectivos definidos	0	1	1	1	1
Descreve a avaliação de desempenho relativamente aos objectivos estabelecidos	0	1	1	1	1
Estabelece procedimentos para implementação de acções correctivas e acções preventivas	1	1	1	1	1
Houve redução nos índices de sinistralidade relativamente ao ano anterior	1	1	1	1	1
Efectua auditorias para avaliação dos aspectos da saúde e segurança no trabalho	1	1	1	1	1
	12	16	16	16	16
Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos Naturais					
Assume compromisso de redução de emissões de CO2, estabelecendo objectivos quantificados	1	1	1	1	1
Descreve os objectivos referentes à minimização do impacto ambiental e exploração dos recursos naturais, especificando/Avalia/Identifica os riscos ambientais significativos					
minimizar os efeitos negativos para as diferentes actividades desenvolvidas, descrevendo as medidas					
minimizar os efeitos negativos	1	1	1	1	1
Não financia/nem investe em projectos com risco social e ambiental elevado, privilegiando projectos com baixo risco, equador	0	1	1	1	1
Houve redução do impacto ambiental negativo relativamente ao ano anterior	0	0	0	1	0
Efectua e gestão das emissões poluentes, adoptando iniciativas para a sua minimização	1	1	1	1	1
Efectua a gestão dos efluentes/águas residuais, adoptando iniciativas para minimizar os impactos negativos	1	1	1	1	1
Efectua a gestão dos resíduos/reciclagem, adoptando iniciativas para minimizar o impacto negativo	1	1	1	1	1
Tem programas para a racionalização e optimização do uso da água	1	1	1	1	1
Tem programas para a racionalização e optimização do uso da energia	0	1	1	1	1
Adopta iniciativas para redução do papel /plásticos	0	1	1	1	1
Adopta iniciativas para a minimização do impacto ambiental resultante do transporte	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para minimizar o impacto das radiações electromagnéticas	0	0	0	0	0
Adopta iniciativas para uso de fontes de energia renovável/alternativas numa abordagem de desenvolvimento sustentável	1	1	1	1	1
Promove a conservação da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas, eco sistemas sensíveis e áreas legalmente	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para minimizar o impacto paisagístico das instalações	0	0	0	0	0

Promove a formação/sensibilização dos colaboradores nesta matéria	0	0	0	0	0
Promove a formação/sensibilização dos fornecedores/prestadores de serviços para as questões ambientais	0	0	0	0	0
Desenvolve produtos/serviços ecológicos que contribuem para a diminuição do impacto ambiental	1	1	1	1	1
Utiliza/investe em tecnologia/equipamentos ecológicos	1	1	1	1	1
Apoia/investe em projectos ambientais	1	1	1	1	1
Houve um aumento dos investimentos na redução do impacto ambiental relativamente ao ano anterior	1	1	1	1	1
Estabelece parcerias para a promoção de objectivos de Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos naturais	1	1	1	1	1
Divulga internamente os objectivos definidos relativamente a esta matéria	1	1	1	1	1
Descreve a avaliação do desempenho relativamente aos objectivos/iniciativas estabelecidas	1	1	1	1	1
Possui Sistema de Gestão ambiental	0	1	1	1	1
Efectua auditorias ao sistema de gestão ambiental	0	0	1	1	1
Efectua auditorias externas a fornecedores/prestadores de serviços a fim de averiguar o cumprimento das regras ambientais	0	0	0	1	1
Possui sistema de contabilidade ambiental	0	0	0	0	0
Refere a inexistência de incidentes/ multas/coimas por falta de cumprimento da legislação ambiental	0	0	0	0	0
	16	20	21	23	22
Ética Empresarial					
Os princípios de integridade, ética e boa conduta fazem parte dos valores da organização	1	1	1	1	1
Possui código de conduta e de ética	1	1	1	1	1
Menciona a divulgação do código de conduta e ética internamente	1	1	1	1	1
Possui um comité de ética/Provedor de ética	0	0	0	0	0
Promove acções e práticas que estejam em conformidade com as regras de boa conduta	1	1	1	1	1
Adopta práticas de boa conduta no que se refere à publicidade, nomeadamente subscreve código de ética referente à publicidade	1	1	1	1	1
Subscreve Código de Boas Práticas na comunicação comercial para menores	0	0	0	0	0
Promove a lealdade no relacionamento com a concorrência	1	1	1	1	1
Zela pela confidencialidade das informações relativas a fornecedores e clientes e de informações privilegiadas	0	0	0	1	1
Desenvolve iniciativas com o objectivo de consciencializar os fornecedores/prestadores de serviços relativamente a questões de ética e de boa conduta	1	1	1	1	1
A escolha de fornecedores/prestadores de serviços tem em conta o cumprimento pelos mesmos de códigos de ética e conduta	0	0	0	1	1
Todos os fornecedores/prestadores de serviços subscrevem código de ética e de responsabilidade social	0	0	0	0	0
Tem procedimentos próprios para a denúncia e tratamento de práticas irregulares e anti-éticas na organização	1	1	1	1	1
Não permite a corrupção e práticas anti-éticas	1	1	1	1	1
Presta informação sobre práticas anti-lobbies e de financiamento a partidos políticos	1	1	1	1	1
Promove a formação em ética e práticas anti-corrupção	1	1	1	1	1
Efectua auditorias que avaliam o cumprimento dos códigos de conduta e pressupostos legais	1	1	1	1	1
Efectua auditorias aos fornecedores/prestadores de serviços aos critérios éticos e cumprimento de pressupostos legais	0	0	0	0	0
	12	12	12	14	14
Comunidades Locais					
Procura a integração adequada da empresa na respectiva envolvente local contribuindo para o desenvolvimento local	1	1	1	1	1
Tem em conta o mercado local em termos de recrutamento, contratação de fornecedores e prestadores de serviços, venda de produtos/prestação de serviços, numa óptica de contribuição para o desenvolvimento local	1	1	1	1	1
Incentiva a preservação ambiental da envolvente local	1	1	1	1	1
Incentiva a preservação patrimonial/paisagística/cultural da envolvente local	1	1	1	1	1
Promove acções de educação/sensibilização ambiental na comunidade local	1	1	1	1	1
Promove acções de educação/sensibilização para a responsabilidade social na comunidade	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de promoção da diversidade (cultural, religiosa, étnica)	1	1	1	1	1
Patrocina/Promove eventos culturais, educacionais, científicos, artísticos, saúde, desportivos (outros) a nível local	1	1	1	1	1
Efectua donativos para acções filantrópicas a nível local	1	1	1	1	1
Procura promover o desenvolvimento de actividades desfavorecidas (ex. agricultura, pesca)	0	1	1	1	1
Procura promover o desenvolvimento de regiões desfavorecidas	1	1	1	1	1
Apoia/Financia projectos/iniciativas na área da saúde	1	1	1	1	1

Apóia/Financia projectos/iniciativas educacionais na envolvente local	1	1	1	1	1
Apóia/Financia projectos científicos/investigação na envolvente local	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio a crianças, jovens, adultos com dificuldades especiais	0	0	0	0	0
Desenvolve iniciativas para ajudar vítimas de calamidades	0	0	1	1	1
Estabelece parcerias com entidades locais	1	1	1	1	1
Apóia ONG's, Instituições, Associações em programas com uma vertente social, promovendo a economia social	1	1	1	1	1
Desenvolve actividades/iniciativas de cariz social na envolvente local, designadamente para minimização da pobreza e exclusão social	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio a estrangeiros residentes em Portugal	0	0	0	0	0
Promove as tradições locais/produtos regionais	1	1	1	1	1
Inclui programas de voluntariado e envolvimento dos colaboradores com as comunidades locais e iniciativas sociais	1	1	1	1	1
Efectua a avaliação dos impactes sociais e ambientais dos projectos a implementar, visando a sua minimização	1	1	1	1	1
Consulta as partes interessadas relativamente aos projectos a implementar e ao seu impacto sobre a comunidade	1	1	1	1	1
Apóia iniciativas de prevenção e combate a incêndios na envolvente local	1	1	1	1	1
Apóia iniciativas de promoção dos direitos humanos junto da comunidade	1	1	1	1	1
Inclui informação sobre os montantes destinados a iniciativas sociais junto da comunidade, discriminando as áreas a que se destinaram	1	1	1	1	1
Os valores investidos em iniciativas sociais junto da comunidade são superiores aos do ano anterior	0	0	0	0	0
Possui um sistema de gestão de avaliação do retorno social dos projectos financiados na comunidade local	1	1	1	1	1
	24	25	26	26	26
Stakeholders					
Identifica os principais stakeholders	1	1	1	1	1
Identifica expectativas e necessidades dos stakeholders	1	1	1	1	1
Adopta iniciativas para responder às necessidades de cada uma das partes interessadas	1	1	1	1	1
Promove iniciativas de diálogo e envolvimento dos stakeholders	1	1	1	1	1
Divulga os relatórios ou as iniciativas de sustentabilidade junto dos parceiros directos (colaboradores, investidores, fornecedores/prestadores de serviços,	1	1	1	1	1
Os relatórios de sustentabilidade/responsabilidade social são elaborados com a participação dos colaboradores	1	1	1	1	1
Inclui feedback dos sindicatos/comissão de trabalhadores na verificação dos relatórios de sustentabilidade/responsabilidade social	1	1	1	1	1
Inclui feedback dos stakeholders relativamente ao desempenho da responsabilidade social nos relatórios de sustentabilidade/responsabilidade social	1	1	1	1	1
Promove acções de sensibilização/formação junto dos fornecedores/prestadores de serviços no âmbito da responsabilidade social empresarial (ex: ética	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de sensibilização para comportamentos responsáveis (ex.: consumo responsável; hábitos saudáveis; comportamentos ecológicos)	1	1	1	1	1
Menciona o cumprimento atempado dos compromissos com os fornecedores	1	1	1	1	1
Procura compreender as expectativas e necessidades dos clientes, desenvolvendo iniciativas para melhorar a qualidade, segurança, fiabilidade dos	1	1	1	1	1
Menciona informação sobre os índices de satisfação dos clientes	1	1	1	1	1
Menciona informação sobre os índices de satisfação dos fornecedores	0	0	0	0	0
Apresenta procedimentos específicos para dar resposta às reclamações dos clientes/defesa dos clientes	1	1	1	1	1
Tem a preocupação de fornecer produtos/serviços utilizáveis pelo máximo número de pessoas, designadamente consumidores portadores de deficiência	0	0	0	0	0
Procura fornecer produtos/serviços que incluam uma perspectiva de responsabilidade social ou benefício público (ex.: mais saudáveis; destinados a pessoas carenciadas; apoio a causas sociais; apelando à consciência social e ambiental; apoio a clientes com dificuldades no pagamento dos créditos)	1	1	1	1	1
	15	15	15	15	15
Direitos Humanos					
Assume o compromisso de cumprimento das disposições legais e normas vinculativas a nível nacional, da União Europeia e Internacional, relativamente aos Direitos Humanos	1	1	1	1	1
Adopta código de conduta que inclui os direitos humanos	0	1	1	1	1
Respeita a proibição de trabalho infantil	1	1	1	1	1
Respeita a proibição de trabalho forçado	1	1	1	1	1
Procura assegurar que os seus fornecedores/prestadores de serviços cumprem com as regras referentes a direitos humanos, designadamente, não utilizam mão-de-obra infantil ou forçada	0	1	1	1	1

Respeita a diversidade e a igualdade de oportunidades e tratamento	1	1	1	1	1
Respeita a liberdade de associação e reivindicação	1	1	1	1	1
Não permite a utilização de práticas abusivas e discriminatórias	1	1	1	1	1
Promove a formação em direitos humanos	0	1	1	1	1
Os contratos de investimento/fornecimento incluem cláusulas referentes a direitos humanos	0	1	1	1	1
	6	10	10	10	10
Preocupações Ambientais e Filantrópicas Globais					
As Filiais/Subsidiárias no estrangeiro desenvolvem iniciativas de RSE junto das respectivas comunidades	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio directo às comunidades dos países onde detém participações	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas para protecção e preservação do ambiente a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas para protecção e preservação do património a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas de cariz social e humanitário a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas de cariz educacional e científico a nível global	1	1	1	1	1
Apoia/Patrocina iniciativas de cariz cultural e artístico a nível global	1	1	1	1	1
Apoia ONG's, Instituições, Associações, nacionais ou internacionais em iniciativas de RSE a nível global	1	1	1	1	1
Estabelece parcerias para o desenvolvimento de iniciativas de RSE a nível global	1	1	1	1	1
Desenvolve iniciativas de apoio a vítimas de calamidades a nível global	1	1	1	1	1
	10	10	10	10	10
Instrumentos de RSE					
Obteve certificação pela Norma SA 8000 (Responsabilidade Social da Social Accountability International)	0	0	0	0	0
Adopta a Norma AA1000 (Assurance Standard)	1	1	1	1	1
Obteve certificação pela NP 4469-1:2008 - Sistema de Gestão da Responsabilidade Social	0	1	1	1	1
Obteve certificação pela ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements)	1	1	1	1	1
Obteve certificação pela ISO 9000 (Sistemas de Gestão da Qualidade)	1	1	1	1	1
Obteve certificação pela Norma ISO 14000 (Sistema de Gestão Ambiental)	1	1	1	1	1
Obteve certificação pela Norma NP 4397 (Saúde e Segurança Ocupacional) / Norma OSHSAS 18001 (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho)	1	1	1	1	1
Segue as orientações da NP 4460-1/2007: Ética nas Organizações	0	0	0	0	0
Está cotada no índice "Dow Jones Sustainability Group Index" - Indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global	1	1	1	1	1
Está cotada no índice FTSE4Good - Índice Internacional de Responsabilidade Social	0	0	0	1	1
Está cotada no índice Domini 400 Social Index (Avalia o impacto da acção social sobre a performance financeira)	0	0	0	0	0
Os Relatórios de Sustentabilidade são elaborados de acordo com as Directrizes de Orientação G3 da Global Reporting Initiative (GRI)	1	1	1	1	1
O relatório de sustentabilidade inclui os dados e a informação requeridos para a atribuição do nível A+ com verificação pelo GRI	1	1	1	1	1
Reporta e promove a verificação independente dos seus Relatórios de Sustentabilidade	1	1	1	1	1
Segue as normas laborais definidas pela Organização Internacional do Trabalho	1	1	1	1	1
Segue as Directrizes para Empresas Multinacionais da OCDE, que promovem o desenvolvimento sustentável	0	0	0	0	0
Esta registada no Sistema de EMAS - Eco Management and Audit Scheme (Eco gestão e Auditoria Ambiental)	0	0	0	0	0
É associada da BCSO Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	0	0	0	0	1
É associada da RSE Portugal ou da GRACE	1	1	1	1	1
Aderiu à Rede Nacional de Responsabilidade Social (Rede RSOPT)	0	0	0	0	0
Aderiu ao World Business Council for Sustainable Development	0	1	1	1	1
Adopta os Princípios do Equador e cumpre as suas exigências	0	0	0	0	0
Aderiu à iniciativa "Global Compact", que procura associar as empresas como parceiros para atingir melhorias globais a nível social e ambiental	0	0	1	1	1
Aderiu aos Princípios da CERES (estabelece um código de conduta em matéria ambiental para as organizações)	0	0	0	0	0
Possui produtos com rotulagem ambiental, como por exemplo o Rótulo Ecológico da União Europeia	1	1	1	1	1
Prémios recebidos pelo desempenho social, ético, ambiental	1	1	1	1	1
	13	15	16	17	18
Outros:					
Membro da EPIS - Empresários para a Inclusão Social	1	1	1	1	1
Associada da APEE- Associação Portuguesa de Ética Empresarial	0	0	0	0	0
Membro da Associação Aprender a Empreender	0	0	0	0	0

Membro da Cement Sustainability Initiative (CSI)	0	0	0	0	0
Obteve certificação pela Norma ISO 22000 / Norma DS 3027 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar)	0	0	0	0	0
Obteve certificação pela norma NP EN ISO/IEC 17025 (Laboratórios)	0	1	1	1	1
Obteve certificação pela NP 4457:2007 (Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação)	0	0	0	0	0
Obteve certificação da cadeia de responsabilidade de produtos florestais PEFC	0	0	0	0	0
Obteve certificação do processo de cadeia de responsabilidade da Forest Stewardship Council (FSC) para a floresta	0	0	0	0	0
Inclusão no índice ECPI Ethical Index EMU	0	0	0	0	0
Adesão ao Programa ambiental das Nações Unidas para o sector financeiro	0	0	0	0	0
Adesão ao Manifesto "Energy/Efficiency in Buildings" da WBCSD	0	0	0	0	0
Subscrição "CEO Climate Policy Recommendation to G8 Leaders"	0	0	0	0	0
Subscrição do código para utilização de combustíveis e matérias primas alternativas	0	0	0	0	0
Subscreve o Protocolo de emissões para a Indústria Cimenteira da WBCSD	0	0	1	1	1
Subscrição da Carta Compromisso com os objectivos do milénio	0	0	0	1	1
Subscrição do código de conduta referente às actividades de microcrédito	0	0	0	0	0
Subscrição do Código de Ética para o Comércio e Serviços da Confederação do Comércio de Portugal	0	0	0	0	0
Subscrição do Código de Conduta Florestal	0	0	0	0	0
Adopção do Código de Conduta sobre a Aquisição Legal de Madeira	0	0	0	0	0
Subscrição da Carta de Responsabilidade Social da Union Network International	0	0	0	0	0
Subscrição da Carta de Sustentabilidade da European Telecommunication Network Operators Association	0	0	0	0	0
Adesão à Iniciativa Business e Biodiversity da Presidência Portuguesa da União Europeia	0	0	0	0	0
Adesão ao protocolo do ICNB adoptando a filosofia de Gestão "Business and Biodiversity"	0	0	0	0	0
Adesão à iniciativa "Countdown 2010" da World Conservation Union para travar a perda da biodiversidade	0	0	0	0	0
Adesão ao "Carbon Disclosure Project"	1	1	1	1	1
Adesão à Global Business Coalition (tem por missão combater doenças infecciosas)	0	0	0	0	0
Subscrição do Código de Conduta Empresas e VIH da Plataforma Laboral	1	1	1	1	1
Adesão à "World Safety Declaration" (Segurança no ambiente de trabalho)	0	0	0	0	0
Adesão à Declaração das Nações Unidas contra a corrupção	0	0	0	0	0
Adesão à Carta Anti-Corrupção da Global Compact	0	0	0	0	0
	3	4	5	6	6
	144	162	166	173	173

Anexo 3 – Balança e Demonstração de Resultados de Galp Energia SGPS SA no período de 2010 a 2015

CONTAS INDIVIDUAIS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em milhares de Euros - m€uros)

Ativo	Notas	2011	2010
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	12	5	9
Ativos intangíveis	12	-	-
Participações financeiras em subsidiárias	4	1.224.882	1.196.626
Participações financeiras em associadas	4	151	153
Outras contas a receber	14	3.111.704	2.850.635
Ativos por impostos diferidos	9	775	206
Outros investimentos financeiros	17 e 27	1.032	702
Total do ativo não corrente		4.338.549	4.048.331
Ativo corrente:			
Clientes	15	2.722	4.836
Outras contas a receber	14	354.916	187.461
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	52.862	50.654
Caixa e seus equivalentes	18	56.669	434
Total do ativo corrente		467.169	243.385
Total do ativo		4.805.718	4.291.716
Capital próprio e passivo	Notas	2011	2010
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Outras reservas	20	193.827	193.827
Reservas de cobertura		(573)	-
Resultados acumulados		591.482	402.185
Dividendos antecipados	30	-	(49.755)
Resultado líquido do exercício		77.152	355.147
Total do capital próprio		1.773.145	1.812.661
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	629.904	851.319
Empréstimos obrigacionistas	22	905.000	1.000.000
Provisões por impostos diferidos	9	299	-
Outros instrumentos financeiros	17 e 27	1.756	-
Provisões	25	6.940	7.087
Total do passivo não corrente		1.543.899	1.858.406
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	725.295	229.707
Empréstimos obrigacionistas	22	280.000	-
Fornecedores	26	605	352
Outras contas a pagar	24	451.456	337.562
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	31.317	53.028
Total do passivo corrente		1.488.673	620.650
Total do passivo		3.032.572	2.479.055
Total do capital próprio e do passivo		4.805.718	4.291.716

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Luís Marilena Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo de Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Doutor Joaquim José Borges Gouveia
Mafra Rita Gall

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2011	2010
Proveitos operacionais:			
Prestação de Serviços	5	9.088	7.381
Outros proveitos operacionais	5	299	2.544
Total de proveitos operacionais:		9.387	9.925
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	6	(6.036)	(8.491)
Custos com o pessoal	6	(5.200)	(5.033)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	(4)	(5)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	106	(3.365)
Outros custos operacionais	6	(1.487)	(808)
Total de gastos operacionais:		(12.622)	(17.703)
Resultados operacionais:		(3.234)	(7.777)
Proveitos financeiros	8	161.419	92.111
Custos financeiros	8	(123.519)	(74.094)
Ganhos (perdas) cambiais		-	(43)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	4	53.045	348.803
Rendimentos/perdas de instrumentos financeiros	27	(619)	702
Resultado antes de impostos:		87.093	359.702
Imposto sobre o rendimento	9	(9.941)	(4.555)
Resultado líquido do exercício	10	77.152	355.147
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,09 €	0,43 €

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murtelha Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dessogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Doutor Joaquim José Borges Gouveia
Mafía Rita Gall

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros - €k)

ATIVO	Notas	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Ativo não-corrente:			
Ativos tangíveis	12	25	31
Ativos intangíveis	12	-	-
Participações financeiras em subsidiárias	4	1.524.030	1.259.542
Participações financeiras em associadas	4	151	3.294
Outras contas a receber	14	3.405.333	2.530.938
Ativos por impostos diferidos	9	585	2.472
Total do ativo não-corrente		4.930.124	3.796.277
Ativo corrente:			
Clientes	15	983	1.205
Outras contas a receber	14	244.538	1.028.216
Outros investimentos financeiros		-	54
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	96.339	84.555
Caixa e seus equivalentes	18	5.446	186
Total do ativo corrente		347.306	1.114.216
Total do ativo		5.277.430	4.910.493

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Outras reservas	20	193.827	193.827
Reservas de cobertura		(905)	(5.394)
Resultados acumulados		211.903	403.274
Resultado líquido do exercício		364.185	27.552
Total do capital próprio		1.680.267	1.530.515
Passivo:			
Passivo não-corrente:			
Empréstimos	22	1.032.061	912.686
Empréstimos obrigacionistas	22	1.838.812	619.410
Outras contas a pagar	24	1.000	-
Outros instrumentos financeiros	27	1.241	6.917
Provisões	25	6.607	6.632
Total do passivo não-corrente		2.879.721	1.545.645
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	97.750	145.076
Empréstimos obrigacionistas	22	146.778	568.669
Fornecedores	26	1.073	338
Outras contas a pagar	24	382.604	1.061.043
Outros instrumentos financeiros	27	-	722
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	89.236	58.486
Total do passivo corrente		717.442	1.834.333
Total do passivo		3.597.163	3.379.978
Total do capital próprio e do passivo		5.277.430	4.910.493

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros - €k)

	Notas	2013	2012
Proveitos operacionais:			
Prestação de serviços	5	9.115	9.322
Outros proveitos operacionais	5	284	298
Total de proveitos operacionais:		9.399	9.620
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	6	(6.445)	(6.352)
Custos com o pessoal	6	(7.636)	(6.754)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	(5)	(4)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	25	40
Outros custos operacionais	6	(1.619)	(2.362)
Total de gastos operacionais:		(15.680)	(15.432)
Resultados operacionais:		(6.282)	(5.812)
Proveitos financeiros	8	137.977	152.231
Custos financeiros	8	(142.811)	(144.082)
Ganhos (perdas) cambiais		-	157
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	4	372.674	25.984
Rendimentos/perdas de instrumentos financeiros	27	(12)	(70)
Resultado antes de impostos:		361.546	28.408
Imposto sobre o rendimento	9	2.639	(856)
Resultado líquido do exercício	10	364.185	27.552
Resultado por ação (valor em euros)	10	€0,44	€0,03

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Galp Energia, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

ATIVO	Notas	2015	2014
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	12	17	21
Ativos intangíveis	12	-	-
Participações financeiras em subsidiárias	4	3.341.510	3.254.164
Participações financeiras em associadas	4	201	201
Outras contas a receber	14	1.253.109	1.077.560
Ativos por impostos diferidos	9	404	2.327
Total do ativo não corrente		4.595.241	4.954.273
Ativo corrente:			
Clientes	15	1.579	2.511
Outras contas a receber	14	507.900	258.199
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	199.949	104.570
Caixa e seus equivalentes	18	25.031	3.358
Total do ativo corrente		734.459	368.638
Total do ativo		5.329.700	5.322.911
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital própria:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Outras reservas	20	193.827	193.827
Reservas de cobertura		-	-
Resultados acumulados		201.483	313.382
Resultado líquido do exercício		378.654	263.349
Total do capital própria		1.745.221	1.681.815
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	878.904	763.341
Empréstimos obrigacionistas	22	1.911.593	2.253.226
Outras contas a pagar	24	4.746	3.000
Provisões	25	3.377	3.377
Total do passivo não corrente		2.798.620	3.022.944
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	83.498	157.077
Empréstimos obrigacionistas	22	245.756	-
Fornecedores	26	346	277
Outras contas a pagar	24	296.023	357.930
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	160.236	102.268
Total do passivo corrente		785.859	618.152
Total do passivo		3.584.479	3.641.096
Total do capital própria e do passivo		5.329.700	5.322.911

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Galp Energia, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

	Notas	2015	2014
Proveitos operacionais:			
Prestação de serviços	5	11.388	9.730
Total de proveitos operacionais:		11.388	9.730
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	6	(4.601)	(5.099)
Custos com o pessoal	6	(9.820)	(9.633)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	(4)	(4)
Outros custos operacionais	6	(245)	(716)
Total de gastos operacionais:		(14.670)	(15.452)
Resultados operacionais:		(3.282)	(5.722)
Proveitos financeiros	8	75.663	131.035
Custos financeiros	8	(119.971)	(135.825)
Ganhos (perdas) cambiais		-	(17)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	4	416.452	268.375
Resultado antes de impostos:		368.861	257.846
Imposto sobre o rendimento	9	9.793	5.503
Resultado líquido do exercício	10	378.654	263.349
Resultado por ação (valor em Euros)	10	€0,46	€0,32

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Galp Energia, SGPS, S.A.

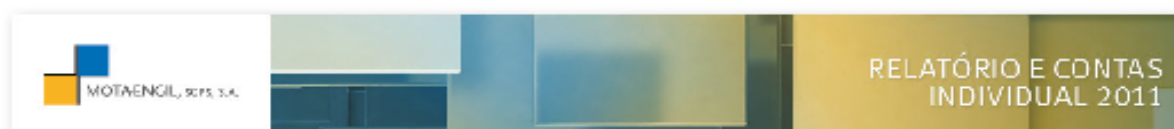
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros - € K)

Movimentos do exercício	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014		829.251	82.006	193.827	(905)	211.903	364.185	1.680.266
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	263.349	263.349
Outros Ganhos e Perdas reconhecidas nas Capitais Próprias		-	-	-	905	-	-	905
Rendimento Integral do exercício		-	-	-	905	-	263.349	264.254
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	(262.706)	-	(262.706)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	364.185	(364.185)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		829.251	82.006	193.827	-	313.382	263.349	1.681.815
Saldo em 1 de janeiro de 2015		829.251	82.006	193.827	-	313.382	263.349	1.681.815
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	378.654	378.654
Outros Ganhos e Perdas reconhecidas nas Capitais Próprias		-	-	-	-	-	-	-
Rendimento Integral do exercício		-	-	-	-	-	378.654	378.654
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-	(315.248)	-	(315.248)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	263.349	(263.349)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		829.251	82.006	193.827	-	261.483	378.654	1.745.221

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Anexo 4 – Balança e Demonstração de Resultados de Mota Engil SGPS SA no período de 2010 a 2015



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Ano	
		2011 Euro	2010 Euro
Vendas e serviços prestados	16	11.948.501	12.137.269
Subsídios à exploração		999	191.804
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	46.121.431	116.665.706
Fornecimentos e serviços externos	17	(5.677.203)	(7.801.799)
Gastos com o pessoal	18	(8.262.031)	(10.123.620)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	8	426.095	-
Aumentos / reduções de justo valor	10.4	(1.500)	(9.255)
Outros rendimentos e ganhos	20	573.490	987.794
Outros gastos e perdas	21	(319.045)	(1.491.731)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44.810.677	110.556.168
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6, 7 e 19	(208.513)	(59.391)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44.602.164	110.496.777
Juros e rendimentos similares obtidos	22	9.740.827	6.307.785
Juros e gastos similares suportados	22	(217.4173)	(15.250.550)
Resultado antes de impostos		32.601.818	101.554.012
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	7.690.490	2.875.779
Resultado líquido do exercício		40.292.308	104.429.791
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do exercício		-	-
Resultado por acção básica	23	0,208	0,539

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2011 Euro	2010 Euro
ACTIVO			
Não comente			
Activos tangíveis	6	165.858	223.939
Activos intangíveis	7	864.390	962.048
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	966.533.014	442.342.267
Participações financeiras - outros métodos	8	70.835	582.940
Outros activos financeiros	10.1	289.590.785	267.526.978
Activos por impostos diferidos	9	10.711.921	7.011.921
		667.936.603	718.650.073
Comente			
Clientes	10.2	16.585.316	7.638.338
Adiantamentos a fornecedores	10	4.308	6.029
Estado e outros entes públicos	12	10.597.822	143.570
Outras contas a receber	10.3	57.905.773	56.367.639
Diferimentos	11	2.815.695	2.806.274
Outros activos financeiros	10.4	35.865	37.365
Caixa e depósitos bancários	4	244.585	256.836
		87.789.364	67.256.011
TOTAL DO ACTIVO		755.725.967	785.906.084
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	204.635.695	204.635.695
Ações próprias	13	(22.749.226)	(22.626.521)
Prémios de emissão	13	87.256.034	87.256.034
Reservas legais	13	35.972.726	30.628.531
Outras reservas	13	209.335.152	132.348.859
Resultados transitados	13	16.417.632	16.417.632
Ajustamentos em activos financeiros	13	(288.769.960)	(180.239.837)
Outras variações nos capitais próprios		469.508	405.442
		242.567.564	268.725.835
Resultado líquido do exercício		40.292.308	104.429.791
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		282.859.869	373.155.626
PASSIVO			
Não comente			
Provisões	14	7.299.295	3.708.166
Financiamentos obtidos	10.5	224.511.397	230.398.717
Outros passivos financeiros	10.6	-	56.234
		231.810.692	234.163.117
Comente			
Fornecedores	10.7	1.818.212	3.328.315
Estado e outros entes públicos	12	255.369	1.386.081
Financiamentos obtidos	10.5	209.917.200	149.698.922
Outras contas a pagar	10.8	8.018.435	3.127.633
Diferimentos	11	21.046.390	21.046.390
		241.055.406	178.587.341
TOTAL DO PASSIVO		472.866.098	412.750.458
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		755.725.967	785.906.084

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Demonstrações dos Resultados por Naturezas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Ano	
		2013 € '000	2012 € '000
Vendas e serviços prestados	15	12.092	11.758
Subsídios à exploração		21	37
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	64.467	45.581
Fornecimentos e serviços externos	16	(4.679)	(4.907)
Gastos com o pessoal	17	(8.311)	(8.931)
Aumentos / reduções de justo valor	10.4	7	(2)
Outros rendimentos e ganhos	19	4.318	1.143
Outros gastos e perdas	20	(2.332)	(5.488)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		65.582	39.191
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6, 7 e 18	(217)	(216)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		65.365	38.975
Juros e rendimentos similares obtidos	21	11.168	12.124
Juros e gastos similares suportados	21	(35.566)	(24.072)
Resultado antes de impostos		40.967	27.027
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	6.972	3.979
Resultado líquido do exercício		47.939	31.006
Resultado por ação básico	22	0,25 €	0,16 €

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Balances em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013 € '000	2012 € '000
Ativo			
Não corrente			
Ativos tangíveis	6	159	121
Ativos intangíveis	7	525	694
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	449.632	386.485
Participações financeiras - outros métodos	8	39.972	68
Outros ativos financeiros	10.1	334.500	329.693
Ativos por impostos diferidos	9	1.442	9.454
		826.230	726.515
Corrente			
Clientes	10.2	7.578	23.061
Adiantamentos a fornecedores	10	1	4
Estado e outros entes públicos	12	277	3.650
Outras contas a receber	10.3	47.282	35.572
Diferimentos	11	2.808	2.826
Outros ativos financeiros	10.4	42	34
Caixa e depósitos bancários	4 e 10	388	126
		58.377	65.272
Total do Ativo		884.606	791.788
Capital Próprio			
Capital realizado	13	204.636	204.636
Ações próprias	13	(22.749)	(22.749)
Prémios de emissão	13	87.256	87.256
Reservas legais	13	39.538	37.987
Outras reservas	13	233.791	225.624
Resultados transitados		16.378	16.378
Ajustamentos em ativos financeiros	13	(294.479)	(310.084)
		264.370	239.048
Resultado líquido do exercício		47.939	31.006
Total do Capital próprio		312.309	270.054
Passivo			
Não corrente			
Provisões	14	16.221	15.398
Financiamentos obtidos	10.5	380.210	165.676
		396.430	181.074
Corrente			
Fornecedores	10.6	9.703	5.639
Estado e outros entes públicos	12	9.468	973
Financiamentos obtidos	10.5	95.648	299.126
Outras contas a pagar	10.7	40.001	13.875
Diferimentos	11	21.046	21.046
		175.867	340.660
Total do Passivo		572.297	521.733
Total do Capital Próprio e do Passivo		884.606	791.788

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2013



**Demonstrações dos Resultados por Naturezas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Montantes expressos em milhares de euros)**

	Notas	Ano	
		2015 € '000	2014 € '000
Vendas e serviços prestados	16	12.286	12.080
Subsídios à exploração		167	106
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	12.894	72.647
Fornecimentos e serviços externos	17	(8.234)	(6.851)
Gastos com o pessoal	18	(10.218)	(8.914)
Provisões	15	(6.100)	-
Aumentos/(reduções) de justo valor	10.5 e 10.6	5.363	4.220
Outros rendimentos e ganhos	20	4.652	1.758
Outros gastos e perdas	21	(2.229)	(3.883)
Ganhos/(perdas) na alienação de empresas associadas e conjuntamente controladas	23	41.015	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		49.597	71.163
(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização	6, 7 e 19	(309)	(242)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		49.288	70.920
Juros e rendimentos similares obtidos	22	5.767	21.166
Juros e gastos similares suportados	22	(48.976)	(43.107)
Resultado antes de impostos		6.079	48.979
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	9.445	5.556
Resultado líquido do exercício		15.524	54.534
Resultado por ação básico	24	0,08 €	0,27 €

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Balancos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015 € '000	2014 € '000
Ativo			
Não corrente			
Ativos tangíveis	6	469	326
Ativos intangíveis	7	187	356
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	8	499.957	388.648
Participações financeiras - outros métodos	8	63	63
Instrumentos financeiros derivados	10.6	-	4.214
Outros ativos financeiros	10.1	422.646	467.655
Ativos por impostos diferidos	9	3.324	-
		926.645	861.261
Corrente			
Clientes	10.2	19.720	14.635
Adiantamentos a fornecedores	10.3	5.110	24
Estado e outros entes públicos	12	605	16.208
Outras contas a receber	10.4	42.773	102.535
Diferimentos	11	2.802	2.854
Instrumentos financeiros derivados	10.6	8.975	-
Outros ativos financeiros	10.5	50	48
Caixa e depósitos bancários	4 e 10	285	158
		80.319	136.461
Ativos não correntes detidos para venda	13	236.802	-
		1.243.766	997.723
Total do Ativo			
Capital Próprio			
Capital realizado	14	237.505	204.636
Ações próprias	14	(1.084)	-
Prémios de emissão	14	74.170	26.021
Reservas legais	14	40.927	40.927
Outras reservas	14	61.212	255.068
Resultados transitados		768	(223.835)
Ajustamentos em ativos financeiros	14	(48.564)	(87.123)
		362.934	215.695
Resultado líquido do exercício		15.524	54.534
Total do Capital próprio		378.457	270.229
Passivo			
Não corrente			
Provisões	15	112.287	56.558
Financiamentos obtidos	10.7	340.902	508.480
		453.189	565.038
Corrente			
Fornecedores	10.8	3.628	3.153
Estado e outros entes públicos	12	1.336	565
Financiamentos obtidos	10.7	351.607	308.930
Outras contas a pagar	10.9	54.672	48.782
Diferimentos	11	875	1.026
		412.120	162.456
Total do Passivo		865.309	727.494
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.243.766	997.723

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO